

China Construction Bank (Brasil)
Banco Múltiplo S/A

Demonstrações financeiras consolidadas
para os exercícios findos em 31 de
dezembro de 2017

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A

Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2017

Conteúdo:

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	8
Balanços patrimoniais consolidados	15
Demonstrações de resultados	17
Demonstrações de resultados abrangentes	18
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	19
Demonstrações dos fluxos de caixa	20
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas	21

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

A Administração do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. “CCB Brasil” ou “Banco” submete à apreciação de V.S.as. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o relatório do Auditor Independente, sem ressalvas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Os comentários aqui apresentados, exceto quando ressalvados de forma diferente, são demonstrados em bases consolidadas, abrangendo suas empresas controladas e em moeda corrente nacional (Reais - R\$). As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com base no padrão internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.br.ccb.com.

A subsidiária China Construction Bank (Brasil)

Desde 29 de agosto de 2014, o Banco faz parte do Grupo China Construction Bank Corporation (CCB), com sede em Pequim, o segundo maior banco da China. Com histórico operacional desde 1954, as ações do CCB são negociadas na Bolsa de Valores de Hong Kong e na Bolsa de Xangai.

Ambiente Econômico

Ao fim de 2017, o aumento da confiança no Brasil estava ratificado nos indicadores econômicos, consolidando a percepção de que a severa recessão iniciada em 2014 encerrara o seu ciclo. Com efeito, os fundamentos econômicos, com o passar dos meses de 2017, foram gradualmente convergindo para patamares apreciáveis de uma economia estável, pavimentando uma rota de crescimento para períodos vindouros.

O IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), que mede a inflação oficial no país, fechou 2017 em 2,95%, a menor inflação anual do País desde 1998. Os bons resultados da safra agrícola puxaram para baixo os preços da maioria dos alimentos, o que contribuiu para desacelerar a inflação. A taxa básica de juros (Selic) foi progressivamente reduzida situando-se ao término de 2017 em 7.0% a.a.

Com produção de cerca de 240 milhões de toneladas de grãos e crescimento acima de 30% em relação à safra do ano anterior, o ano de 2017 terminou com resultados recordes na agricultura, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Os efeitos reverberaram em cadeia: a boa colheita aumentou a oferta de produtos permitindo queda de preços dos alimentos para o consumidor, incremento da exportação de produtos agrícolas; além de impulsionar a participação da agricultura no PIB do país, como reflexo do aumento da demanda de bens, emprego e renda no campo.

A indústria deu sinais de retomada consistente, com crescimento disseminado em diversos setores, após três anos consecutivos de queda. De acordo com o IBGE, a produção industrial aumentou 2,5% em 2017, tendo sido registrados sinais positivos em 19 dos 26 ramos pesquisados.

O total de empréstimos no sistema financeiro alcançou R\$ 3,09 trilhões em dezembro de 2017, recuo de 0,64% em doze meses. Em sentidos opostos, o crédito com recursos livres expandiu 1,72% no ano e somou R\$ 1.582,7 bilhões enquanto que o crédito direcionado recuou 3,00% no período e totalizou R\$1.503,0 bilhões. O estoque de crédito como proporção do PIB atingiu 47,10% comparativamente a 49,6% no final de 2016.

A taxa de câmbio apresentou baixa volatilidade no decorrer do ano. A cotação ao fim do exercício foi de R\$ 3,31/US\$ ante R\$ 3,26/US\$ em 2016.

Em 2017, a balança comercial brasileira registrou superávit recorde de US\$ 67,00 bilhões, saldo superior aos US\$ 47,68 bilhões apurados no ano anterior. As exportações somaram US\$ 217,75 bilhões (US\$ 185,24 bilhões em 2016) enquanto que as importações atingiram US\$ 150,75 bilhões (US\$ 137,55 bilhões em 2016).

O comércio do Brasil com a China também foi recorde em 2017. O saldo comercial, o maior da série histórica, foi de US\$ 20,17 bilhões, as exportações e as importações atingiram, respectivamente, US\$ 47,49 bilhões e US\$ 27,32 bilhões.

Notoriamente, a redução da inflação e da taxa de juros; o avanço do PIB em trajetória positiva, como reflexo da melhora da atividade doméstica progressivamente disseminada entre os setores, e a expansão do comércio exterior, permitem vislumbrar 2018 como um ano de oportunidades para o Brasil e resiliência frente aos desafios.

Estratégia Empresarial

Desde o início das atividades do CCB Brasil, em 29 de agosto de 2014, a Administração focou seus esforços na integração da subsidiária brasileira à rede ampla e global do CCB (China Construction Bank Corporation), assumindo o controle de atividades e garantindo uma gestão de riscos mais prudente. Esses esforços, gradualmente tem resultado numa operação mais estável e num perfil de risco reduzido, tanto para o Banco quanto para os clientes.

Em agosto de 2017, o Banco entregou ao Bacen o Plano de Negócios e Estratégia de longo prazo, para os exercícios fiscais de 2017-2021.

A Síntese do Plano leva em consideração os seguintes fatores: (i) as oportunidades do mercado brasileiro; (ii) o comprometimento de longa duração da China com a economia brasileira; (iii) o respeito às culturas bi nacionais; (iv) as conquistas e principais lições aprendidas nos últimos três anos e, (v) o inegável valor de nossa Instituição Financeira associado ao peso de nossa Marca.

Para os próximos cinco anos, foi estabelecido o desafio de transformar o Banco em uma nova instituição, com visão clara de que será a escolha mais adequada para apoiar a rede criada pelo corredor de investimentos e negócios entre Brasil e China.

Com o Brasil emergindo de uma recessão econômica, e já apresentando sinais de retomada de suas atividades, o Grupo Controlador reitera o compromisso de longo prazo

com a economia do País, aliado a forte confiança nas oportunidades que o mercado brasileiro oferece para o CCB de forma global.

Com base nos fatores supracitados, o Banco analisou os principais setores da economia brasileira, visando identificar quais deles são mais atrativos, valendo-se das macro tendências setoriais, o âmbito da corrente comercial Brasil e China e a pauta de investimentos da China no Brasil.

Emergem como principais objetivos do Plano Estratégico: 1) reposicionar o Banco no mercado fazendo uso de seu principal diferencial competitivo: a sua representatividade no corredor Sino-Brasileiro com ênfase nos segmentos Corporativos; 2) Buscar crescimento focado em setores como energia, óleo e gás, mineração, agronegócio e bens industrializados; 3) diversificar a carteira de clientes, buscando priorizar empresas com faturamento anual entre R\$ 500 milhões e R\$ 5,0 bilhões e, 4) desenvolver produtos para o segmento Corporativo.

Aumento de Capital

Visando suportar as carteiras operacionais do Banco e capitalizá-lo para períodos vindouros, em que almeja expandir as suas atividades, em 26/10/2017, a Assembleia Geral Extraordinária - AGE aprovou o aumento de capital proposto pelo Conselho de Administração, no valor de R\$ 1,258 bilhão. Tal aumento foi homologado pelo Bacen em 12/12/2017, passando o índice de Basileia a situar-se no patamar 28,52% e o nível 1 em 18,28%.

Iniciativas de melhorar a estrutura de capital do Banco foram tomadas ainda no fim de 2016, quando o CCB Brasil emitiu US\$ 70 milhões de Dívida Perpétua “Perpetual Bonds Issue”. Em 10 de abril de 2017, o Bacen deferiu a referida captação como elegível ao cômputo do capital de Nível 1.

Estrutura Física

No decorrer de 2017, em aderência ao Plano Estratégico, o Banco adequou a estrutura física de sua franquia objetivando: (i) eficiência operacional, obtenção de uma melhor correlação entre o volume de suas receitas proporcionadas por suas carteiras atuais e futuras, com a estrutura administrativa e seus custos associados e (ii) proximidade com o mercado alvo, definido por empresas de maior faturamento e com perfil corporate, em substituição ao modelo anterior que priorizava empresas de médio porte.

No encerramento do exercício de 2017, a rede de atendimento estava composta por nove pontos de atendimentos (ante 37 em anos precedentes) e 511 funcionários (597 em 2016).

Resultado do Exercício

Fruto dos equacionamentos adotados e das medidas finais de ajuste no valor dos seus ativos, o CCB Brasil encerrou o exercício de 2017 com resultado líquido negativo de R\$ 842,7 milhões (ante R\$ 244,2 milhões em 2016). O resultado engloba: (i) os créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais baixados no montante de R\$ 317 milhões e novos créditos apurados e não ativados durante o exercício, no montante de R\$ 205,1 milhões e (ii) as despesas administrativas e de pessoal não recorrentes, associadas a readequação da nova estrutura física implementada.

No encerramento de 2017, as operações de crédito alcançaram R\$ 6.723,4 milhões, recuo de 14,29% ante o portfólio de R\$ 7.844,6 milhões do ano precedente. A carteira de crédito expandida, que inclui avais e fianças prestadas, é de R\$ 8.179,8 milhões (R\$ 9.566,4 milhões em 2016).

O total das captações atingiu R\$ 14.781,6 milhões, volume 23,22% menor em relação aos R\$ 19.250,9 milhões obtidos em 2016. A Matriz provê recursos à Subsidiária conforme sua necessidade operacional; no fim de 2017, estes recursos representavam 35,1% da captação.

Decorrente do aumento de capital, ao término de 2017, o patrimônio líquido do Banco atingiu R\$ 2.005,7 milhões e o índice de Basileia situou-se em 28,52% e o nível 1 em 18,28%.

Novos integrantes do Conselho de Administração

A AGE de 30 de junho de 2017 elegeu novos membros indicados pelo Acionista Controlador para compor o Conselho de Administração do Banco. A nova estrutura, homologada pelo Bacen em 11 de dezembro de 2017, está composta pelo presidente Sr. Xilai Feng e os cinco conselheiros, Sr. Xi Zhang (também CEO do CCB Brasil), Sr. Fanggen Liu, Sr. Qiuyue Fang, Sr. Daniel Joseph McQuoid (Conselheiro Independente) e Sr. Heraldo Gilberto de Oliveira (Conselheiro Independente).

e-Banking

Em novembro de 2017, o CCB Brasil lançou o seu novo e-Banking nos idiomas português e inglês. O canal de atendimento foi aprimorado para que o Cliente realize em ambiente interativo e seguro suas transações online como: movimentação de conta-corrente, agenda de pagamentos, transferências eletrônicas e consulta de suas carteiras de empréstimos, investimentos, serviços, além de cotar e fechar operações de câmbio.

Resgate das ações remanescentes

Em 22 de dezembro de 2017, por meio de uma AGE, foi autorizado o resgate da totalidade das ações ordinárias e preferenciais da Companhia que remanesceram em circulação no mercado, após a conclusão da oferta pública unificada para aquisição de ações ("OPA"). O Banco Bradesco foi a instituição financeira contratada para realizar o pagamento aos acionistas das ações resgatadas, conforme aplicável pela Lei das Sociedades por Ações e instruções da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. O valor

pago por ação de R\$ 10,75 consistiu no Preço da Opção II de R\$ 7,30, na data do fechamento da operação de aquisição da Companhia pelo atual acionista, em 29 de agosto de 2014, corrigido pela variação da Taxa Selic até a data do depósito do resgate, em 26 de dezembro de 2017. Os acionistas então remanescentes, que detinham as ações BICB3 e BICB4, tiveram disponível o pagamento de resgate de suas ações a partir de 04 de janeiro de 2018, nas agências do Banco Bradesco em todo o território nacional.

Concluído o processo de resgate de ações remanescentes, conhecido por “squeeze out”, o Grupo China Construction Bank Corporation passou a deter integralmente as ações da subsidiária CCB Brasil.

Circular nº 3.068/01 BACEN

O CCB Brasil declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Mantidos até o Vencimento”, no montante de R\$ 1.254,5 milhões, o que representa 14,5% do total de títulos e valores mobiliários.

Considerações finais

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pelo apoio e confiança em nossa administração, e aos nossos funcionários, pela valiosa contribuição.

(Divulgação autorizada na Reunião do Conselho de Administração de 20 de março de 2018).

***China Construction
Bank (Brasil)
Banco Múltiplo S.A. e
empresas controladas***
*Demonstrações financeiras consolidadas em
31 de dezembro de 2017
e relatório do auditor independente*



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
China Construction Bank (Brasil)
Banco Múltiplo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. ("Banco") e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





China Construction Bank (Brasil)
Banco Múltiplo S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis (Notas 1(c)(ii), 2(i) e 8(d)) A determinação da redução do valor recuperável de empréstimos e recebíveis é uma área que requer julgamentos e utilização de um conjunto de considerações por parte da Administração do Banco e suas controladas. Nesse processo, a Administração considera evidências de redução ao valor recuperável tanto para ativos individualmente significativos, como para aqueles avaliados ao nível coletivo. As operações identificadas individualmente com evidência objetiva de valor recuperável são avaliadas quanto a expectativa de recuperação, considerando aspectos como a situação econômico e financeira do devedor, capacidade de pagamento, garantias, entre outros. Na apuração da redução ao valor recuperável da carteira coletiva, a Administração utiliza como base, estudos de perda histórica, preços médios praticados em cessões de crédito e o comportamento dos grupos de ativos com características e riscos de crédito similares. Tendo em vista esses aspectos, essa é uma área de estimativa crítica contábil e foco em nossa auditoria.	Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos relevantes relacionados à apuração da redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis que tratam da integridade da base de dados e sistemas subjacentes, concessão de crédito e a respectiva análise e monitoramento do risco do devedor, incluindo contratos renegociados. Confrontamos os valores apurados na redução do valor recuperável de empréstimos e recebíveis e os valores contabilizados, bem como, testamos, em bases amostrais: (i) as premissas relevantes adotadas para identificação da situação de perda do valor recuperável, (ii) os critérios utilizados para apuração da perda histórica da carteira coletiva, (iii) as garantias subjacentes apresentadas, e (iv) o cálculo da redução ao valor recuperável considerando as premissas estabelecidas pela Administração. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação e registro contábil da redução do valor recuperável de empréstimos e recebíveis são razoáveis e consistentes com as divulgações em notas explicativas.
Créditos tributários (Notas 1(iv), 2(u) e 23(d)) O Banco e suas controladas possuem ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre lucro líquido, cujo registro é suportado por estudo de projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. A projeção de lucro tributário envolve julgamentos e premissas de natureza subjetiva estabelecidas pela	Nossos principais procedimentos consideraram o entendimento do processo de apuração e registro dos créditos tributários nos termos das normas fiscais e contábeis. Com o auxílio de nossos especialistas, analisamos a consistência das premissas relevantes utilizadas no estudo de realização do crédito tributário com as informações de projeções macroeconômicas



China Construction Bank (Brasil)
Banco Múltiplo S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Administração com base em estudo do cenário atual e futuro. No exercício de 2017, foi realizada a baixa dos créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social, para os quais não há expectativa de realização. Considerando que a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente a realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil, essa é uma área de estimativa crítica e foi definida como foco em nossa auditoria.	divulgadas no mercado, quando aplicável, bem como a metodologia utilizada para estimar os lucros tributáveis, e a coerência lógica e aritmética dos cálculos. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes de realização dos valores registrados como créditos tributários, consideramos que as premissas adotadas pela Administração são razoáveis e consistentes com as divulgações em notas explicativas.
Ambiente de tecnologia da informação	
O Banco e suas controladas são dependentes da sua estrutura de tecnologia para a gestão e geração de informações utilizadas no processamento de suas operações e consequente elaboração das demonstrações financeiras. Assim, a não adequação da estrutura de tecnologia e dos respectivos controles gerais, poderia ocasionar no processamento incorreto de informações críticas para a tomada de decisões ou das próprias operações. Dessa forma, o ambiente de tecnologia da informação foi considerado uma área de foco em nossos trabalhos de auditoria.	Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o entendimento e teste do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles automatizados ou dependentes de tecnologia relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras. Com o auxílio de nossos especialistas, os principais procedimentos executados envolveram testes de controles relacionados com a segurança da informação, atrelados aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas e banco de dados, segurança física do centro de processamento de dados, incluindo gestão de acesso e segregação de função. Consideramos que o ambiente de tecnologia da informação e os controles estabelecidos pela Administração apresentaram uma base razoável para suportar os principais processos de negócios que fornecem informações utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

Outros assuntos - auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem ressalvas, com data de 14 de julho de 2017.



China Construction Bank (Brasil)
Banco Múltiplo S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



China Construction Bank (Brasil)
Banco Múltiplo S.A.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



China Construction Bank (Brasil)
Banco Múltiplo S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de março de 2018

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS
Em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota Explicativa	2017	2016
DISPONIBILIDADES E RESERVAS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL	3	114.702	121.046
ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO		297.439	4.182.604
Instrumentos de dívida	5	-	3.845.365
Instrumentos de patrimônio	6	-	256
Derivativos	7f	297.439	336.983
ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA		7.086.902	2.632.750
Instrumentos de dívida	5	7.086.646	2.632.750
Instrumentos de patrimônio	6	256	-
ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO			
Instrumentos de dívida	5	1.254.478	1.220.217
EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS		7.346.675	11.572.071
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	4	731.232	4.142.733
Empréstimos e adiantamentos a clientes	8	6.723.414	7.844.580
Outros empréstimos e recebíveis	9	54.464	92.342
Outros ativos financeiros		19.573	-
(-) Redução do valor recuperável de empréstimos e recebíveis	8d	(182.008)	(507.584)
ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA	10	280.426	267.842
INVESTIMENTOS	11	125	1.851
ATIVO TANGÍVEL	12	51.776	105.866
ATIVO INTANGÍVEL	13	110.082	108.476
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS		1.252.038	1.621.810
Correntes		11.434	33.878
Diferidos	23c	907.303	1.207.270
Presumidos	23d	333.301	380.662
OUTROS ATIVOS	14	114.009	124.590
TOTAL DO ATIVO		17.908.652	21.959.123

As notas explicativas da administração são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS
Em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	2017	2016
PASSIVOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO			
Derivativos	7f	5.152	29.786
OUTROS PASSIVOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO			
Dívidas subordinadas	18	3.670.000	5.453.208
Obrigações de empréstimos no exterior	20	988.046	1.065.605
Passivos financeiros objetos de hedge	20	76.611	115.392
		2.605.343	4.272.211
PASSIVO FINANCEIRO AO CUSTO AMORTIZADO			
Dívidas subordinadas	18	11.111.607	13.820.312
Depósitos de instituições financeiras	15	971.969	920.563
Depósitos de clientes	16	3.481.635	7.068.214
Obrigações por títulos e valores mobiliários	17	2.853.356	2.112.377
Obrigações de empréstimos no país	19	406.611	434.932
Obrigações de empréstimos no exterior	20	41.700	116.813
Outros passivos financeiros		3.356.336	3.144.858
		-	22.555
PROVISÕES	22	993.516	906.882
PASSIVOS FISCAIS			
Correntes		8.297	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES	24	114.335	142.467
TOTAL DO PASSIVO		15.902.907	20.352.655
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social		2.956.864	1.696.148
Reserva de Capital		899	24.956
Ações em Tesouraria		(55.105)	(55.105)
Prejuízos acumulados		(900.500)	(57.833)
Outros resultados abrangentes		3.587	(1.698)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25	2.005.745	1.606.468
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		17.908.652	21.959.123

As notas explicativas da administração são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2017	2016
Receitas com juros e similares	27	2.946.214	3.520.055
Despesas com juros e similares	27	(2.737.028)	(3.340.010)
RESULTADO LÍQUIDO COM JUROS E SIMILARES		209.186	180.045
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	28	108.028	(71.984)
Diferenças cambiais (líquidas)	29	56.264	29.990
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS		373.478	138.051
Resultado de equivalência patrimonial		(1.726)	(2.479)
Receita de tarifas e comissões	30	67.679	85.258
Outras receitas (despesas) operacionais	31	(152.710)	364.834
TOTAL DE RECEITAS		286.721	585.664
Despesas com pessoal	32	(197.948)	(238.954)
Outras despesas administrativas	33	(128.875)	(147.046)
Despesas tributárias	34	(34.451)	(33.129)
Depreciação e amortização		(19.418)	(20.179)
Perdas com redução no valor recuperável de ativos financeiros	8d	(321.814)	(451.847)
Ganhos (perdas) com outros ativos (líquidas)	35	(51.919)	(12.007)
PREJUÍZO ANTES DA TRIBUTAÇÃO		(467.704)	(317.498)
Impostos sobre a renda e contribuição social correntes e diferidos	23	(374.963)	73.265
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(842.667)	(244.233)

As notas explicativas da administração são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(842.667)	(244.233)
Ganhos (perdas) com ativos disponíveis para venda	8.808	5.521
Encargos fiscais sobre resultado abrangente	<u>(3.523)</u>	<u>(2.209)</u>
PREJUÍZO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(837.382)</u>	<u>(240.921)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	(-) Capital a Realizar	Reserva de Capital (Ágio na Subscrição de ações)	(-) Ações em Tesouraria	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2016	2.012.810	-	-	(55.105)	(5.010)	(1.031.550)	921.145
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	3.312	-	3.312
Redução de Capital	(1.217.950)	-	-	-	-	1.217.950	-
Aumento de capital em espécie	905.026	(3.738)	24.956	-	-	-	926.244
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(244.233)	(244.233)
Em 31 de dezembro de 2016	1.699.886	(3.738)	24.956	(55.105)	(1.698)	(57.833)	1.606.468
Saldos em 01 de janeiro de 2017	1.699.886	(3.738)	24.956	(55.105)	(1.698)	(57.833)	1.606.468
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	5.285	-	5.285
Aumento de capital em espécie	1.256.978	3.738	1.103	-	-	-	1.261.819
Resgate de ações	-	-	(25.160)	-	-	-	(25.160)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(842.667)	(842.667)
Em 31 de dezembro de 2017	2.956.864	-	899	(55.105)	3.587	(900.500)	2.005.745

As notas explicativas da administração são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2017	2016
Prejuízo consolidado do exercício	(842.667)	(244.233)
Depreciação e amortização	19.418	20.179
Resultado de participações em controladas	1.726	2.479
Movimentação nos créditos tributários e passivos fiscais diferidos	228.204	(96.478)
Constituição de provisões - Redução do valor recuperável de empréstimos e recebíveis	321.814	451.847
Constituição de provisões	86.634	39.445
Provisão/(reversão) outras	559	(243)
Perda (ganho) na venda de bens não de uso	(4.256)	(1.134)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(55.639)	(2.239)
Variação de ativos e passivos	(4.638.075)	1.867.622
Redução (aumento) de empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	(58.929)	(55.120)
Redução (aumento) de instrumentos de dívida	(637.507)	(3.649.746)
Redução (aumento) de instrumentos de patrimônio	-	1.862
Aumento (redução) de derivativos	14.911	630.048
Redução (aumento) de empréstimos e adiantamentos a clientes	473.777	(2.157.315)
Redução (aumento) de outros empréstimos e recebíveis	37.878	(58.684)
Redução (aumento) de outros ativos financeiros	(19.573)	160.091
Redução (aumento) de ativos mantidos para venda	(78.733)	(49.256)
Redução (aumento) de outros ativos	70.975	(49.708)
Aumento (redução) de depósitos de instituições financeiras	(3.585.579)	4.742.541
Aumento (redução) de depósitos de clientes	740.979	(830.099)
Aumento (redução) de obrigações por títulos e valores mobiliários	(28.321)	(138.793)
Aumento (redução) de empréstimos no país	(75.113)	48.795
Aumento (redução) de empréstimos no exterior	172.697	1.344.621
Aumento (redução) de outros passivos financeiros	(22.555)	22.555
Aumento (redução) de outras obrigações	14.692	26.647
Aumento (redução) de passivos financeiros objetos de hedge	(1.666.868)	1.880.989
Impostos de renda e contribuição social pagos	10.194	(1.806)
Caixa (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais	(4.882.282)	2.037.245
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Alienações no tangível	48.628	2.535
Alienações de bens não de uso	70.406	36.281
Aplicações investimentos	-	95
Aplicações no tangível	(11.361)	(10.914)
Aplicações no intangível	(4.763)	(3.748)
Caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento	102.910	24.249
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dívida Subordinada perpétua elegível a instrumentos de capital nível I	-	228.146
Dívida Subordinada perpétua elegível a instrumentos de capital nível II	(26.152)	(137.471)
Aumento de Capital (nota 25)	1.260.716	901.288
Ágio na emissão de ações	1.103	24.956
Caixa proveniente das atividades de financiamento	1.235.667	1.016.919
Fluxo de caixa (utilizado) originado no exercício	(3.543.705)	3.078.414
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	3.825.117	744.464
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	55.639	2.239
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	337.051	3.825.117

As notas explicativas da administração são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

1. Contexto Operacional, Apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas e Outras Informações.

a. Contexto operacional.

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A., anterior Banco Industrial e Comercial S.A. – Bicbanco, (“Companhia”, “Instituição”, “CCB Brasil”, “Banco” ou “Consolidado”) foi constituído em 29 de dezembro de 1938 e autorizado pelo Banco Central do Brasil – BACEN a operar na forma de Banco Múltiplo, desenvolvendo suas operações por meio das carteiras: comercial, investimentos, crédito imobiliário e de câmbio

Por meio de empresas controladas atua nos mercados: de arrendamento mercantil, de crédito, financiamentos e investimentos, distribuição de títulos e valores mobiliários e administração de cartões de crédito, bem como possui participação de 50% em uma Joint Venture destinada a operações no mercado de *Factoring* e *Forfaiting*.

Em 29 de agosto de 2014, foi concluída a transferência do controle acionário do Banco para a CCB Brazil Financial Holding – Investimentos e Participações Ltda (CCB Holding) (“Controlador”), subsidiária integral do China Construction Bank Corporation. Posteriormente, em 2015, o registro de companhia aberta foi cancelado na CVM e em 30 de setembro de 2015 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a alteração da denominação social para China Construction Bank (Brasil) - Banco Múltiplo S.A., assim como foi padronizada a razão social das demais empresas investidas. O BACEN homologou essa alteração da razão social em 29 de outubro de 2015, e em 16 de novembro de 2015 foi registrada pela JUCESP.

Em 22 de dezembro de 2017, através de Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas regularmente convocada, foi deliberada a efetivação do Resgate de 2.339.260 ações que integram o Capital Social da Instituição, sendo 550.940 ordinárias e 1.788.320 preferenciais, detidas por acionistas minoritários. A liquidação financeira, por conta do resgate de ações, teve início em 04 de janeiro de 2018, conforme faculta a legislação societária. A partir do resgate das ações detidas pelos minoritários, a CCB Holding assumirá a titularidade de 100% das ações ordinárias e preferenciais do CCB Brasil.

A partir da transferência do controle acionário, as operações do CCB Brasil passaram a ser conduzidas em contexto operacional integrado com seu novo Controlador, o Grupo CCB, sediado na República Popular da China, e, respeitada a regulamentação brasileira, de lá emanam as diretrizes que orientam a formulação das políticas internas, das políticas contábeis e as práticas operacionais e de negócios. Para tanto, a Administração, implementou um conjunto de medidas para adequar o Banco e suas subsidiárias às novas políticas de condução dos negócios vis-à-vis ao cenário econômico brasileiro, as quais podem assim ser resumidas:

- a) Equacionamento e melhoria dos custos de captação, com a obtenção de linhas de crédito diretamente junto a Matriz do Banco na China;
- b) Captações externas e efetivadas através da emissão de títulos no exterior, sendo:
 - Dívida subordinada de 10 anos, no montante de US\$ 100 milhões emitidos em 30 de setembro de 2015, para integrar o Patrimônio de Referência nível II; e
 - Bônus Perpétuo no montante de USD 70 milhões, emitidos em 29 de dezembro de 2016 elegíveis a composição do Patrimônio de Referência de nível I.
- c) Aumentos do capital social em espécie:
 - R\$ 760 milhões integralizados em abril de 2016; e
 - R\$ 145 milhões integralizados em dezembro de 2016;
 - R\$ 1.258 milhões integralizados em novembro de 2017.
- d) Implementação de um novo perfil de negócios internacionais para o Banco e o desenvolvimento de produtos e serviços para atendimento a clientes estratégicos;
- e) Aprimoramento nos processos voltados a recuperações de créditos, e realização de operação de securitização nos exercícios de 2016 e 2017;
- f) Vinculação de operações de créditos a empréstimos segundo a Resolução CMN nº 2.921/02;
- g) Revisão e readequação dos custos administrativos e operacionais pelo alinhamento da estrutura aos níveis operacionais praticados;
- h) Investimento no desenvolvimento de produtos com suporte tecnológico e implementação de Internet Banking a partir de 2017.

As medidas concluídas pelo Controlador atenderão o objetivo de recomposição da capacidade de geração futura de resultados operacionais e tributáveis positivos e consequente apuração de maiores margens, além de permitirem o restabelecimento do cumprimento dos limites operacionais mínimos de capitalização.

b. Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas do CCB Brasil foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), emitidas pela International Accounting Standard Board (IASB) e as interpretações do Comitê de Interpretações do IFRS (atual denominação do IFRIC).

c. Estimativas contábeis críticas

Os resultados consolidados e a determinação do patrimônio consolidado são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos Administradores do CCB Brasil na elaboração das Demonstrações Financeiras. Todas as estimativas e suposições, as quais estão destacadas abaixo, aplicadas pela administração em conformidade com o IFRS são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável, no momento de sua aplicação. As principais políticas contábeis e métodos de mensuração estão detalhados na **nota explicativa nº 2**.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem estimativas e premissas, como a avaliação do valor justo de ativos e passivos financeiros, mensuração do valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros e o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos. Estas estimativas, na qual foram efetuadas com a melhor informação disponível, são basicamente as seguintes:

i. Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros;

O “valor justo” de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser adquirido ou vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo (“preço cotado” ou “preço de mercado”).

Caso não haja um preço de mercado disponível para um instrumento financeiro, seu valor justo será estimado com base no preço estabelecido em operações recentes envolvendo o mesmo instrumento ou instrumentos similares e, na ausência destes, com base em técnicas de avaliação normalmente usadas pelo mercado financeiro considerando, quando aplicável, dados observáveis no mercado.

Além do método de desconto ao valor presente para avaliação de instrumentos financeiros (método aplicável principalmente para instrumentos de dívida, swaps e operações a termo); onde os fluxos de caixa futuros esperados são descontados ao valor presente utilizando-se as curvas calculadas com base em dados observáveis de mercado (PU Anbima, DIIs e DDIs Futuros etc.).

A metodologia utilizada para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros é descrita em detalhes na **nota explicativa nº 2d**:

ii. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros;

O CCB Brasil reconhece as perdas inerentes a ativos financeiros não avaliados ao valor justo levando em conta a experiência histórica de perda de valor recuperável e outras

circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. Maiores detalhes são apresentados na **nota explicativa nº 2i**.

As rendas dos empréstimos e recebíveis vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

iii. Mensuração do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis;

Nas datas-base de divulgação das demonstrações financeiras, o CCB Brasil possui como prática a verificação da existência de evidências objetivas de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. Esta mensuração pode envolver critérios subjetivos de avaliação, tais como análise de obsolescência técnica e operacional ou a expectativa de substituição do ativo por outro que gere benefícios econômicos futuros superiores ao anterior.

iv. Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos;

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável a apuração de lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser utilizados.

As estimativas de apuração de lucros tributáveis futuros, baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuras, que podem afetar as demonstrações financeiras consolidadas.

v. Provisões, Contingências e Outros Compromissos;

O CCB Brasil revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na **nota explicativa nº 22**.

O detalhamento das Provisões, Contingências e Outros Compromissos está apresentado na **nota explicativa nº 22**.

A análise de sensibilidade é detalhada na **nota explicativa nº 39 - “Gestão de Riscos”**.

2. Práticas Contábeis e Critérios de Apuração.

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) Transações em moedas estrangeiras e moeda funcional.

As demonstrações financeiras individuais de cada entidade estão apresentadas na moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera (moeda funcional). Para o propósito de consolidação das demonstrações financeiras, o resultado e a posição financeira das entidades consolidadas estão expressos em Real, moeda funcional do CCB Brasil e moeda de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ativos e passivos que são itens monetários são convertidos por taxas de câmbio à vista no final do exercício.

As variações cambiais decorrentes da conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são geralmente reconhecidas pelo seu valor líquido como “Diferenças Cambiais (Líquidas)” na demonstração consolidada de resultado, com exceção das variações cambiais decorrentes de instrumentos financeiros ao valor justo no resultado, que são reconhecidas na demonstração consolidada de resultado como “Ganhos (perdas) com ativos financeiros (líquidos)” sem distingui-las de outras variações no valor justo.

b) Base para consolidação.

i. Subsidiárias

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As empresas controladas incluídas na consolidação estão especificadas abaixo:

Denominação social	País de origem	Método de Consolidação	Participação	
			<u>2017</u>	<u>2016</u>
<u>Agência no Exterior</u>				
Cayman	Cayman	Integral	100%	100%
<u>Subsidiárias diretas no País</u>				
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S/A	Brasil	Integral	100%	100%
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A	Brasil	Integral	100%	100%
CCB Brasil Informática S/A	Brasil	Integral	100%	100%
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	Brasil	Integral	100%	100%
CCB Brasil S/A – Crédito, Financiamentos e Investimentos	Brasil	Integral	100%	100%
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda.	Brasil	Integral	100%	100%
CCB Brasil Cobrança Ltda.	Brasil	Integral	100%	100%

As subsidiárias apresentavam as seguintes posições patrimoniais e resultados:

	Total de ativos		Total de passivos		Resultado		Total Patrimônio Líquido	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
CCB Brasil DTVM	21.596	20.911	979	1.075	781	1.668	19.836	18.168
CCB Brasil Leasing	308.893	292.934	42.004	45.037	18.419	19.420	248.470	228.477
CCB Brasil Financeira	1.816.341	2.386.435	1.723.606	2.269.901	(756)	(14.242)	93.492	130.773
Outras	35.844	110.111	21.167	93.804	(1.363)	(83)	16.040	16.390

c) Definições e classificação dos instrumentos financeiros.

i. Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o CCB Brasil se torna uma parte integrante na relação contratual do instrumento. Isso inclui: compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

ii. Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação.

iii. Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são classificados para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação ou designados nessa categoria no reconhecimento inicial. Derivativos por suas características são classificados nessa categoria.
- Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado: essa categoria inclui os ativos financeiros não mantidos para negociação e mensurados, em sua totalidade, ao valor justo. Os ativos financeiros somente podem ser incluídos nessa categoria na data em que são adquiridos ou originados.
- Ativos financeiros disponíveis para venda: essa categoria inclui os ativos financeiros não classificados como “Investimentos mantidos até o vencimento”, “Empréstimos e recebíveis” ou “Ativos financeiros ao valor justo no resultado” e os instrumentos de patrimônio emitidos por outras entidades que não são subsidiárias, coligadas e entidades controladas em conjunto. Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo com as alterações no valor justo reconhecidas em componente destacado de “outros resultados abrangentes” no

patrimônio líquido, líquido de efeitos tributários, com exceção das perdas por redução do valor recuperável e juros destes ativos os quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por redução do valor recuperável, o resultado anteriormente acumulados na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

- **Empréstimos e recebíveis:** essa categoria inclui empréstimos, financiamentos e outros recebíveis com ou sem característica de concessão de créditos, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma de concessão de crédito. A característica preponderante do grupo de empréstimos e recebíveis é a não existência de mercado ativo, sendo estes mensurados pelo custo amortizado, reduzidos por eventual redução no valor recuperável, sendo as receitas deste grupo reconhecidas em base de rendimento efetivo por meio da utilização da taxa efetiva de juros.

- **Investimentos mantidos até o vencimento:** essa categoria inclui os instrumentos de dívida negociados em mercado ativo, com vencimento fixo e pagamentos fixos ou determináveis, para os quais o CCB Brasil tem intenção e capacidade comprovada de mantê-los até o vencimento. Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado menos perda por não recuperação, com receita reconhecida em base de rendimento efetivo.

d) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo.

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada exercício, da seguinte forma:

i. Mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação, exceto empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, instrumentos de patrimônio, cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva e derivativos financeiros que tenham como objeto instrumentos de patrimônio dessa espécie e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos.

Todos os derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial ao valor justo desde a data do negócio. Quando o valor justo é positivo, são reconhecidos como ativos; quando negativo, como passivos. O valor justo na data do negócio equivale, até prova em contrário, ao preço de transação. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica “Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros líquidos ” da demonstração consolidada do resultado. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros mantidos para

negociação é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente; se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

O valor justo dos derivativos negociados em mercado de balcão é considerado equivalente à soma dos fluxos de caixa futuros resultantes do instrumento, descontados a valor presente na data da mensuração (“valor presente” ou “fechamento teórico”), adotando-se técnicas de avaliação comumente adotadas pelos mercados financeiros: Valor Presente Líquido - VPL, modelos de precificação de opções e outros métodos.

Os “Empréstimos e recebíveis” são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos. O “custo amortizado” é considerado equivalente ao custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro, adicionados ou subtraídos, conforme o caso, os pagamentos do principal e a amortização acumulada (incluída na demonstração do resultado) da diferença entre o custo inicial e o valor no vencimento. No caso dos ativos financeiros, o custo amortizado inclui, além disso, as eventuais reduções por não-recuperação ou impossibilidade de cobrança. No caso dos empréstimos e recebíveis objeto de hedge em hedges de valor justo, são reconhecidas as alterações do valor justo desses ativos relacionados ao(s) risco(s) objeto dos hedges (nota 28).

A “taxa de juros efetiva” é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Os instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva e os derivativos financeiros que tenham como objeto instrumentos dessa espécie e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos, são mensurados ao custo de aquisição, ajustado, conforme o caso, às perdas por não-recuperação relacionadas.

Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima do Banco ao risco de crédito na data de cada uma das demonstrações financeiras. Além disso, o Banco recebeu garantias e outros incrementos de crédito para mitigar sua exposição ao risco de crédito, os quais compreendem principalmente hipotecas, cauções em dinheiro, instrumentos de patrimônio, fianças, ativos arrendados mediante contratos de leasing e locação, ativos adquiridos mediante compromissos de recompra, empréstimos de títulos e derivativos.

ii. Mensuração dos passivos financeiros

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, conforme definido anteriormente, exceto os incluídos nas rubricas “Passivos financeiros para negociação” e os passivos financeiros designados como objeto de hedge (ou instrumentos de proteção) em hedges de valor justo, os quais são mensurados ao valor justo.

iii. Técnicas de avaliação

Os métodos adotados pelo CCB Brasil para a apuração do valor justo dos instrumentos financeiros seguem três diferentes níveis, conforme segue:

- Nível 1: Utiliza como referência cotações públicas e preços disponíveis em mercado ativo. Estão incluídos nesse nível, substancialmente, os títulos de emissão do tesouro nacional, títulos de emissão privada com mercado secundário “ativo”, e os instrumentos de patrimônio (ações) de outras entidades.

- Nível 2: Na ausência de cotações públicas, o CCB Brasil, através de modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado para negociação do instrumento. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis. Os instrumentos financeiros derivativos, cuja mensuração está atrelada à construção de curvas por meio da utilização de taxas divulgadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão estão alocados neste nível além das emissões no exterior com preços disponíveis no mercado secundário.

- Nível 3: Caso também não existam disponíveis dados baseados em parâmetros de mercado observáveis, a Administração se utiliza de informações internas e modelos internos para a apuração do melhor valor justo dos ativos e passivos financeiros. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 não havia instrumentos financeiros enquadrados nesse nível.

Não houve reclassificações entre o nível 1 e o nível 2 nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pela Companhia para apurar seu valor justo:

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas – 2017
(em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2017			2016		
	Cotações publicadas de preço em mercados ativos (Nível 1)	Modelos internos (Nível 2)	Total	Cotações publicadas de preço em mercados ativos (Nível 1)	Modelos internos (Nível 2)	Total
Ativos financeiros para negociação	-	297.439	297.439	3.845.621	336.983	4.182.604
Ativos financeiros disponíveis para venda	7.086.902	-	7.086.902	2.632.750	-	2.632.750
Ativos financeiros mantidos para vencimento	1.254.478	-	1.254.478	1.220.217	-	1.220.217
Passivos financeiros para negociação	-	5.152	5.152	-	29.786	29.786
Outros passivos ao valor justo através do resultado	988.046	76.611	1.064.657	-	1.180.997	1.180.997
Obrigações com empresa controlada (Hedge)	-	2.605.343	2.605.343	-	4.272.211	4.272.211

As principais técnicas usadas pelos modelos internos (nível 2) do CCB Brasil para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros detalhados na tabela a seguir são as seguintes:

	Valores justos calculados utilizando-se modelos internos		Técnicas de avaliação	Principais premissas
	2017	2016		
Derivativos Ativos	297.439	336.983		
Contratos de swap	295.854	334.972	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros)
Operações a termo	1.585	2.011	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis e liquidez (taxas de câmbio e juros)
Derivativos Passivos	5.152	29.786		
Contratos de swap	4.438	27.759	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros)
Obrigações Compra/Venda de opção de ação	714	2.027	Modelo Black-Scholes	Dados de mercado observáveis e liquidez (taxas de câmbio e juros)
Outros passivos ao valor justo através do resultado	3.670.000	5.453.208		
Dívidas subordinadas	988.046	1.065.605	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros)
Passivos Financeiros objetos de hedge	2.605.343	4.272.211	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros)
Obrigações por empréstimos no exterior	76.611	115.392	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros)

iv. Demais passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A classificação das captações externas na categoria “passivos financeiros ao valor justo através do resultado” viabiliza a neutralização do efeito da mensuração do valor justo dos derivativos, uma vez que os passivos assim designados em sua originação são mensurados ao valor justo.

O quadro abaixo tem o propósito de comparar o valor justo que está sendo utilizado contabilmente para mensuração de referidos passivos (incluindo todos os fatores de risco), o valor justo desconsiderando o fator de risco de crédito (utilizado para mensuração do valor base para liquidação das obrigações no vencimento):

	2017		2016	
	Custo Amortizado	Valor Justo	Custo Amortizado	Valor Justo
Dívidas subordinadas	909.366	988.046	1.001.781	1.065.605
Obrigações por empréstimos no exterior	76.255	76.611	118.516	115.392
Obrigações com empresa controladora	2.605.343	2.605.343	4.272.211	4.272.211
Total	3.590.964	3.670.000	5.392.508	5.453.208

e) Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto empréstimos e recebíveis. No mesmo sentido, os passivos financeiros, exceto os passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são avaliados ao custo amortizado.

O quadro abaixo tem como propósito demonstrar o valor justo dos ativos e passivos não mensurados ao valor justo.

	2017		2016	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO				
Instrumentos de dívida	1.254.478	1.324.780	1.220.217	1.209.604
EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS				
Empréstimos e adiantamentos a clientes	6.723.414	7.284.901	7.844.580	8.802.239
PASSIVO FINANCEIRO AO CUSTO AMORTIZADO				
Dívidas subordinadas	971.969	1.313.633	920.563	1.065.605
Depósitos de instituições financeiras	3.481.635	3.481.801	7.068.214	7.068.185
Depósitos de clientes	2.853.356	2.869.513	2.112.377	2.280.596

f) Baixa de ativos e passivos financeiros.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxo de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Instituição tenha

transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios de propriedade de acordo com os requerimentos da IAS 39. Caso contrário, deve-se avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado com qualquer controle retido não impede a baixa.

Os passivos financeiros são baixados quando liquidados ou extintos.

g) Compras normais de ativos financeiros.

As compras normais de ativos financeiros são reconhecidas na data de transação. Os ativos são revertidos quando os direitos de receber fluxos de caixa expirar ou quando o CCB Brasil tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade.

h) Apresentação líquida de instrumentos financeiros.

Ativos e passivos financeiros e suas respectivas receitas e despesas relacionadas, são apresentados líquidos nas demonstrações financeiras se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As receitas e as despesas são apresentadas em bases líquidas somente quando referem-se as Ganhos e perdas com ativos e passivos financeiros (líquidos) e Variações cambiais (líquidas) conforme demonstrado detalhadamente na **nota nº 28 e 29**, respectivamente.

i) Ativos financeiros não recuperáveis.

Em cada data de balanço, o CCB Brasil avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros (exceto aqueles contabilizados ao valor justo através resultado) apresentam alguma evidência de redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros são considerados com redução do valor recuperável quando evidências objetivas demonstram que uma perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que esta perda representa um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo que podem ser estimados de modo confiável. O CCB Brasil considera evidências de redução ao valor recuperável tanto para ativos individualmente significativos como no nível coletivo. Todos os ativos financeiros individualmente significativos são avaliados para se detectar perdas específicas e coletivas. Os ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente para se detectar redução ao valor recuperável, que é estimada considerando o agrupamento de ativos financeiros (contabilizados a custo amortizado) com características e risco similares.

O CCB Brasil considera “evidências objetivas de redução no valor recuperável” os seguintes indicadores:

- a) Quebra contratual, como inadimplência ou mora no pagamento dos contratos com vencimento superior a 90 dias;
- b) Classificações definidas pela área de crédito do CCB Brasil que indicam deterioração das operações;

- c) Operações de clientes em recuperação judicial;
- d) Empréstimos e recebíveis renegociados.

Para ativos instrumentos de dívida ou de patrimônio que sejam negociados em mercado ativo, uma redução significativa no volume de operações ou ausência de liquidez também podem ser considerados como evidência de redução no valor recuperável, para fins desta análise, estes ativos são periodicamente avaliados pela área de Risco de Mercado do CCB Brasil.

As operações identificadas individualmente com evidência objetiva de redução ao valor recuperável são avaliadas quanto a expectativa de recuperação considerando aspectos como a situação econômico e financeira do cliente, capacidade de pagamento do devedor, prazo estimado para recebimento, garantias, probabilidade de recuperação e outros aspectos relacionados às condições da operação. Esta avaliação visa a obtenção de fatos e dados que serão utilizados para mensuração do valor presente recuperável.

As perdas por redução ao valor recuperável de ativos contabilizados pelo custo amortizado são mensuradas como sendo a diferença entre o valor contábil dos ativos financeiros e o valor presente recuperável, descontado pelas taxa de juros efetiva original dos ativos. As perdas são reconhecidas no resultado na conta “Perdas com redução no valor recuperável de ativos financeiros”. As rendas dos empréstimos e recebíveis vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

Na avaliação e cálculo da redução ao valor recuperável coletiva, efetuada tanto para ativos que individualmente não possuam evidência de redução no valor recuperável, quanto para ativos não individualmente significativos, o CCB Brasil utiliza percentuais calculados com base em estudos de perda histórica que levam em conta os volumes de perda incorrida nos últimos três anos, preços médios praticados em cessões de crédito para empresas securitizadoras, e o comportamento dos grupos de ativos com características e riscos de crédito similares. Nas situações em que se constatar que os percentuais de perda histórica não representam exatamente as condições atuais de risco de crédito de um grupo de ativos, estes percentuais são ajustados conforme o julgamento da administração. O exercício deste julgamento, quando necessário, leva em conta, dentre outros, as condições atuais da economia (e do cenário doméstico de crédito), e pode levar a ajustes nos percentuais de perda histórica uma vez constatado que as perdas reais possuem a probabilidade de serem superiores ou inferiores àquelas sugeridas pela modelagem histórica.

As perdas permanentes por redução ao valor recuperável com instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda são reconhecidas transferindo-se a diferença entre o custo de aquisição amortizado e o valor justo atual, do patrimônio líquido para o resultado do período em que ocorrem.

Os ativos financeiros são baixados do balanço da entidade quando não há mais expectativa de recuperação.

j) Operações compromissadas.

Compras (vendas) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) não opcional a preço fixo são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado como financiamento concedido (recebido), com base na natureza do devedor (credor), sob a rubrica “Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras” ou “Empréstimos e adiantamentos a clientes” (“Depósitos de instituições financeiras” ou “Depósitos de clientes”).

Diferenças entre os preços de compra e de venda são reconhecidas como juros ao longo do prazo do contrato.

k) Ativos não financeiros mantidos para venda.

Ativos não correntes destinados à venda incluem o valor contábil de itens individuais, ou grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (“Operações descontinuadas”), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano a contar da data-base das informações financeiras. Ativos não correntes para venda são geralmente mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria. Ativos não correntes destinados à venda não são depreciados, desde que permaneçam nessa categoria. Os ativos mantidos para vendas são demonstrados na **nota explicativa nº 10**.

Perdas por não-recuperação com um ativo ou grupo de alienação como resultado de uma redução em seu valor contábil para o valor justo (menos os custos de venda) são reconhecidas em “Ganhos (perdas) com outros ativos (líquidas)” na demonstração consolidada do resultado. Ganhos com um ativo não circulante destinado à venda decorrentes de aumentos subsequentes no valor justo (menos os custos de venda) aumentam o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado até o valor equivalente às perdas por não-recuperação previamente reconhecidas.

l) Períodos de vencimento residual.

A análise dos vencimentos dos saldos de determinados itens nos balanços patrimoniais consolidados é informada na **nota explicativa da administração nº 36-b**.

m) Ativo tangível.

Ativo tangível inclui o valor de móveis, veículos, hardware e outros utensílios de propriedade das entidades consolidadas, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e quaisquer perdas por não-recuperação (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

A depreciação é calculada pelo método linear, com base no custo de aquisição dos ativos menos o seu valor residual.

A despesa de depreciação do ativo tangível é reconhecida na demonstração consolidada do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes taxas de depreciação (com base na média de anos de vida útil estimada dos diferentes ativos):

Tipo de Ativo	Taxa Anual
Prédios para uso próprio	4%
Móveis	10%
Utensílios	10%
Automóveis	20%
Equipamentos de escritório e Informática	20%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%

O Consolidado avaliam, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicação de que um ativo pode ser não recuperável (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável). Caso seja constatada redução no valor recuperável de um ativo tangível, o valor apurado e as respectivas reversões (se este for o caso) são registrados no resultado do período na linha de “Ganhos (perdas) com outros ativos (líquidas)”.

Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo tangível, as entidades consolidadas reconhecem a reversão da perda por não-recuperação reconhecida em períodos anteriores e ajustam as despesas de depreciação futuras de acordo. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda por não-recuperação de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda por não-recuperação tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Despesas de conservação e manutenção relativas ao imobilizado de uso próprio são reconhecidas como despesas no período em que forem incorridas.

n) Contabilização de leasings.

Leasings financeiros são operações de crédito que transferem ao arrendatário substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do ativo arrendado.

Quando as entidades consolidadas atuam como arrendadoras de um ativo, a soma do valor presente dos pagamentos a serem recebidos do arrendatário em relação ao *leasing* mais o valor residual garantido - que, de modo geral, é o preço de exercício da opção de compra do arrendatário ao final do prazo do *leasing* - é reconhecida como empréstimo a terceiros e, portanto, incluída na rubrica “Empréstimos e adiantamento a clientes” no balanço patrimonial consolidado.

o) Ativo intangível.

O ativo intangível representa ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem prováveis que benefícios econômicos futuros serão gerados.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e são subsequentemente mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por não-recuperação (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

i. Ágio obtido em uma aquisição de subsidiárias

O ágio é originado no processo de aquisição de subsidiárias.

O ágio representa o excesso do custo da aquisição em razão do interesse da entidade no valor justo dos ativos, dos passivos e dos passivos contingentes identificáveis na empresa adquirida na data da aquisição. Quando este excesso é negativo (deságio), é reconhecido imediatamente no resultado. O ágio é classificado como um intangível de vida útil indefinida, assim sendo, ele não é passível de amortização pelo prazo de benefício econômico futuro esperado.

A não-recuperação do ágio (ou seja, uma redução em seu valor recuperável abaixo de seu valor contábil) é avaliada ao final de cada período apresentado, e qualquer não-recuperação é baixada e debitada à rubrica “Ganhos (perdas) com outros ativos (líquidas)” na demonstração consolidada do resultado.

Uma perda por não-recuperação reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente.

p) Outros ativos.

Este item inclui o saldo de todos os adiantamentos, despesas antecipadas, e o valor de quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.

q) Outras obrigações.

Outras obrigações incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receita diferida, excluindo juros provisionados, e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias.

r) Provisões, ativos e passivos contingentes.

Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes são avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com a IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Ativos contingentes e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de decisão judicial favorável, sobre a qual não se admitam recursos, caracterizados como praticamente certo. Os ativos com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa. O CCB Brasil não possui ativos contingentes de êxito provável.

Passivos contingentes: são reconhecidos contabilmente quando a Administração, assessorada pelos consultores jurídicos, avalia a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificados como possível são apenas divulgados em nota explicativa (nota 22).

Obrigações legais: estão reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

s) Reconhecimento de receitas e despesas.

Os critérios mais significativos utilizados pelo CCB Brasil para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

i. Receitas e despesas com juros e similares

Receitas e despesas com juros e similares são reconhecidas pelo regime de competência, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

ii. Comissões, tarifas e itens similares

Receitas e despesas de comissões são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado utilizando-se critérios que variam de acordo com a sua natureza. Os principais critérios são os seguintes:

- Receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são reconhecidas quando pagas.
- Aquelas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços.
- As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

iii. Receitas e despesas não financeiras

São reconhecidas para fins contábeis pelo regime de competência.

t) Garantias financeiras.

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer, independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou avalizados pela entidade, etc.

O CCB Brasil reconhece inicialmente as garantias financeiras prestadas no passivo do balanço patrimonial consolidado ao valor justo, que geralmente é o valor presente de taxas, comissões e juros a receber desses contratos ao longo de seu prazo, e, simultaneamente, reconhece no ativo do balanço patrimonial consolidado o valor de taxas, comissões e juros a receber ao valor presente.

Garantias financeiras, independentemente do avalista, da instrumentação ou de outras circunstâncias, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por não-recuperação sobre empréstimos e recebíveis mensurados ao custo amortizado.

Se uma provisão específica for necessária para garantias financeiras, as respectivas comissões a apropriar reconhecidas sob a rubrica “Passivos financeiros ao custo amortizado - outros passivos financeiros” no balanço patrimonial consolidado são reclassificados para a provisão adequada.

u) Impostos sobre a renda e contribuição social

Os impostos sobre a renda e contribuição social são calculados sobre o lucro contábil ajustado nos termos da legislação tributária, às alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10% acima de determinado limite para o imposto de renda e, de 15% sobre lucro antes da dedução do imposto de renda para a contribuição social até agosto de 2015 e, a partir de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018, 20%, conforme a lei nº 13.169/15.

A despesa do Imposto de Renda é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

A despesa com impostos sobre a renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer deduções permitidas para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, além de prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que sejam considerados prováveis que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados.

v) Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa.

Os termos a seguir são usados nas demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- Fluxos de caixa: fluxos de entrada e saída de caixa e equivalentes de caixa, que são aplicações financeiras de alta liquidez sujeitas a um risco insignificante de mudanças no valor.
- Atividades operacionais: as principais atividades geradoras de receita de instituições financeiras e outras atividades que não são atividades de financiamento ou de investimento.
- Atividades de investimento: a aquisição e a venda de outros investimentos não incluídos em caixa e equivalentes de caixa.
- Atividades de financiamento: atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do patrimônio líquido e do passivo que não são atividades operacionais.

Ao preparar a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, as aplicações financeiras de alta liquidez que estão sujeitas a um risco insignificante de mudanças no valor foram classificadas como “Caixa e equivalentes de caixa”.

w) Normas que ainda não estão em vigor.

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Financeiras. Não houve por parte da instituição adoção antecipada das normas e/ou alterações das normas apresentadas abaixo:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros, emitido em seu formato final em julho de 2014 e com data de aplicação obrigatória a partir de janeiro de 2018 (permitida aplicação antecipada), substituirá em sua plenitude o IAS39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O IFRS 9 apresenta diferenças significativas com relação à:

- (i) Classificação e mensuração: Com a classificação de ativos financeiros baseada no modelo de negócios em que tal ativo é mantido e nos fluxos de caixa contratuais deste ativo. Desta forma, foram definidas três categorias de ativos financeiros, sendo elas “custo amortizado”, “valor justo através de outros resultados abrangentes” e “valor justo através do resultado”. Para os passivos financeiros a principal alteração introduzida afeta a opção ao valor justo, em que a mudança no valor justo do passivo financeiro atribuível ao risco de crédito próprio da entidade deve ser registrada em linhas destacadas do patrimônio líquido de outros resultados abrangentes.
- (ii) Metodologia de impairment: Com a introdução do conceito de reconhecimento da perda de crédito esperada para o instrumento financeiro desde seu reconhecimento inicial, com posteriores alterações na provisão conforme mensurações subsequentes da expectativa de perda de crédito. Deste modo, não é mais necessário que ocorra o evento de perda para que a provisão seja reconhecida (conforme definido no IAS 39). Os conceitos introduzidos pela norma devem ser aplicados apenas para as categorias “custo amortizado” e “valor justo através de outros resultados abrangentes”.
- (iii) Contabilidade de hedge: Com a inclusão de requerimentos que aproximam mais a contabilidade de hedge do gerenciamento de riscos da entidade, com uma abordagem baseada em princípios, que apontou assim as principais inconsistências e fraquezas do IAS39. Os três métodos de contabilização de hedge existentes na norma aplicada atualmente são mantidos (que são: hedge de fluxo de caixa, hedge do valor justo e hedge de investimentos líquidos em operações no exterior).

A adoção do IFRS acima mencionado terá efeito sobre as demonstrações financeiras consolidadas no que se refere à atual classificação em categorias dos instrumentos financeiros e à atual metodologia de mensuração de impairment, que é baseada no reconhecimento da perda a partir do evento de crédito ocorrido. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

- IFRS15 - Receitas de contratos com clientes: Foi emitido em maio de 2014 e é aplicável para relatórios anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2018. A norma em IFRS especifica como e quando será reconhecida a receita, bem como a exigência de que as Entidades forneçam aos usuários, em suas demonstrações financeiras, maior nível de informação e com notas explicativas relevantes. A norma traz cinco princípios básicos a serem aplicados a todos os contratos com clientes. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- Alteração da IFRS 16 - Contratos de Leasing – Emitida em janeiro de 2016, com data de aplicação obrigatória a partir de janeiro de 2019. Esta norma contém uma nova

abordagem para os contratos de leasing, que requiere ao arrendador reconhecer ativos e passivos pelos direitos e obrigações criados pelo contrato. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Os possíveis impactos decorrentes das alterações vigentes a partir de 2017 estão sob a análise do Banco, que deverá ser concluída até a data de entrada em vigor da norma.

3. Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil

	2017	2016
Caixa	2.247	1.102
Depósitos bancários de IF's sem conta reserva	507	454
Depósitos no exterior em moedas estrangeiras	90.353	109.187
Depósitos compulsórios no Banco Central	21.595	10.303
	<u>114.702</u>	<u>121.046</u>
Moeda:		
Real	24.349	11.859
Dólar norte-americano	90.353	109.187
	<u>114.702</u>	<u>121.046</u>

A nota explicativa da administração nº 36-b contém detalhes dos períodos de vencimento residual de disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil.

4. *Empréstimos e Adiantamentos a Instituições Financeiras*

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica “Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras” nos balanços patrimoniais consolidados é a seguinte:

	2017	2016
Classificação:		
Empréstimos e recebíveis	731.232	4.142.733
	<u>731.232</u>	<u>4.142.733</u>
Tipo:		
Depósitos judiciais, fiscais e trabalhistas	480.669	417.035
Depósitos interfinanceiros	196.492	144.423
Operações compromissadas	53.008	3.578.596
Outros empréstimos	1.063	2.679
	<u>731.232</u>	<u>4.142.733</u>
Moeda:		
Real	540.296	4.011.576
Dólar norte-americano	190.936	131.157
	<u>731.232</u>	<u>4.142.733</u>

A nota explicativa da administração nº 36-b contém detalhes dos períodos de vencimento residual de empréstimos e recebíveis.

5. Instrumentos de Dívida

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica “Instrumentos de dívida” é a seguinte:

	2017	2016
Ativos financeiros para negociação	-	3.845.365
Ativos financeiros disponíveis para venda	7.086.646	2.632.750
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.254.478	1.220.217
	8.341.124	7.698.332
Tipo:		
Ativos financeiros para negociação:	-	3.845.365
Títulos do governo brasileiro	-	3.794.767
Cotas de Fundos de Multimercado	-	50.598
Ativos financeiros disponíveis para venda:	7.086.646	2.632.750
Títulos do governo brasileiro	7.086.646	2.632.750
Ativos financeiros mantidos até o vencimento:	1.254.478	1.220.217
Títulos do governo brasileiro – Global Bonds	1.231.642	1.220.217
Cotas de Fundos de Multimercado	22.836	-
Moeda:		
Real	7.109.482	6.478.115
Dólar	1.231.642	1.220.217
	8.341.124	7.698.332

A nota explicativa da administração nº 36-b contém detalhes dos períodos de vencimento residual de instrumentos de dívida.

6. Instrumentos de Patrimônio

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica “Instrumentos de patrimônio” é a seguinte:

	2017	2016
Classificação:		
Ativos financeiros para negociação	-	256
Ativos financeiros disponíveis para venda	256	-
	256	256
Tipo:		
Títulos patrimoniais	233	233
Ações e cotas	14	14
Outros ativos financeiros	9	9
	256	256

A nota explicativa da administração nº 36-b contém detalhes dos períodos de vencimento residual de ativos financeiros disponíveis para venda, instrumentos de patrimônio.

7. Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Política de utilização

Em função da Regra Volcker, aplicável ao Grupo CCB globalmente, mantiveram-se suspensas as operações da carteira trading do CCB Brasil. O CCB Brasil realizou operações de derivativos tradicionais que visam atender as necessidades dos clientes, bem como executar sua política de gestão de riscos de modo a minimizar os riscos resultantes das operações financeiras próprias. Seu objetivo foi o de obter a mitigação da exposição às variáveis de mercado que impactem ativos e passivos do conglomerado.

b) Proteção das Exposições Cambiais

O CCB Brasil efetua operações de Swap, NDF e Mercado Futuro para fins de hedge de suas obrigações com títulos emitidos no exterior e empréstimos em moeda estrangeira com o objetivo de se proteger do risco de variação cambial e do cupom das operações, se resguardando das oscilações cambiais através da utilização de hedge econômico e contábil quando aplicável, para essas operações.

c) Proteção do Portfolio com Taxas Prefixadas

A Instituição adota a estratégia de adquirir contratos futuros de DI, avaliando a relação de duration entre os vencimentos dos contratos futuros de DI e o duration do portfólio de crédito. A cobertura do hedge é avaliada trimestralmente e atende critérios que consideram a carteira total deduzida dos atrasos e o pré-pagamento. A substituição dos contratos futuros de DI é periódica, conforme identificada a abertura de novos contratos futuros e detectada sua liquidez. A Tesouraria do Consolidado avalia a necessidade de compra ou venda de novos contratos futuros de DI para contrabalançar o ajuste a valor de mercado do objeto de hedge. O objetivo é garantir uma efetividade do hedge no intervalo de 80% a 125% considerando a relação entre a variação à mercado do layer protegido, objeto de hedge designado e a variação à mercado dos contratos futuros de DI.

d) Gerenciamento de risco

O CCB Brasil opera com instrumentos financeiros derivativos como parte do elenco de produtos oferecidos aos seus clientes e para atender a sua própria necessidade, relacionada com o gerenciamento de riscos de mercado, que decorrem, basicamente, de normais descasamentos entre moedas, taxas de juros, indexadores e prazos de suas operações ativas e passivas.

Os principais fatores de risco dos derivativos assumidos em 31 de dezembro de 2017 eram relacionados à taxa de câmbio, taxa de juros, cupom de dólar e renda variável, e visam maximizar as relações risco e retorno, mesmo em situações de grande volatilidade. O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se das métricas VaR

(para a carteira trading), EVE e NII (para a carteira banking e global), Rentabilidade e Risco de Liquidez.

e) Critérios de mensuração do valor de mercado

Para a obtenção dos valores de mercado, são adotados os seguintes critérios:

- **Futuros e Termo:** cotações em bolsas;
- **Swap:** estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontadas a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, e/ou nos preços de mercado dos títulos públicos para as operações do Brasil, e nos preços das bolsas internacionais para as operações realizadas no exterior, quando aplicável;
- **Opções:** modelos estatísticos que incorporam o comportamento da volatilidade do preço do ativo objeto, as taxas de juros, o preço de exercício e o preço spot da mercadoria.

f) Registro dos valores

Os saldos decorrentes dessas operações são registrados em conta de compensação e patrimonial, conforme regra específica do BACEN.

Contabilmente, os instrumentos derivativos são classificados, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (hedge) ou não.

As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco até 31 de dezembro de 2017), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Especificamente, para o *hedge* de risco de mercado, os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

O resultado das referidas operações encontra-se demonstrado na **nota nº 27**.

As operações em aberto em 31 de dezembro de 2017 e 2016 apresentam as seguintes características:

	Diferencial		Valor de Referência - 2017			
			Posição Líquida dos Contratos Ativos e (Passivo)			Total
	A Receber	A Pagar	A Vencer até 3 meses	A vencer de 3 a 12 meses	A vencer mais de 12 meses	
Contratos de Swap:						
Mercado Interfinanceiro	1.304	997	44.834	(1.335.111)	(259.421)	(1.549.698)
Moeda Estrangeira	294.488	3.441	(44.834)	1.294.452	259.421	1.509.039
Pré	62	-	-	(40.659)	-	(40.659)
Subtotal Swap	295.854	4.438				
Contratos de Termo/NDF:						
Compra de Termo/NDF	29	-	664	247	-	911
Venda de Termo/NDF	1.556	714	4.158	34.994	-	39.152
Subtotal Termo/NDF	1.585	714				
Total	297.439	5.152				
Contratos Futuros:						
Compra – Mercado Interfinanceiro	2	-	10.494	-	-	10.494
Venda – Mercado Interfinanceiro	-	(2.032)	(740.108)	(547.375)	(1.887.286)	(3.174.769)
Compra – DDI – Cupom Cambial	203	-	771.848	936.114	8.036	1.715.998
Venda – DDI – Cupom Cambial	-	2.524	(105.965)	(65.230)	-	(171.195)
Compra – Moeda Estrangeira	2.458	-	114.145	-	-	114.145
Venda – Moeda Estrangeira	-	93	(1.312.514)	-	-	(1.312.514)

	Diferencial		Valor de Referência - 2016			
			Posição Líquida dos Contratos Ativos e (Passivo)			Total
	A Receber	A Pagar	A Vencer até 3 meses	A vencer de 3 a 12 meses	A vencer mais de 12 meses	
Contratos de Swap:						
Mercado Interfinanceiro	11.069	18.812	11.750	(909.037)	(290.655)	(1.187.942)
Moeda Estrangeira	324.935	112	(11.750)	947.057	290.655	1.225.962
Pré	968	3.213	-	(38.020)	-	(38.020)
Ajuste ao Valor de Mercado	(2.000)	5.621	-	-	-	-
Subtotal Swap	334.972	27.758				
Contratos de Termo/NDF:						
Compra de Termo/NDF	-	1.811	3.693	19.833	-	23.526
Venda de Termo/NDF	2.011	217	79.936	-	-	79.936
Subtotal Termo/NDF	2.011	2.028				
Contratos de Opções Flexíveis						
Compra de Opções Flexíveis	-	-	-	146.632	-	146.632
Total	336.983	29.786				
Contratos Futuros:						
Venda – Mercado Interfinanceiro	-	-	(4.113.826)	(199.586)	(3.829.243)	(8.142.655)
Compra – DDI – Cupom Cambial	-	-	823.416	2.593.119	10.946	3.427.481
Venda – DDI – Cupom Cambial	-	-	(61.046)	-	-	(61.046)
Compra – Moeda Estrangeira	-	-	66.845	-	-	66.845
Venda – Moeda Estrangeira	-	-	(335.391)	-	-	(335.391)

O Banco realiza operações de derivativos tradicionais que visam atender as necessidades dos clientes, bem como executar sua política de gestão de riscos, como forma de minimização dos riscos resultantes das operações financeiras.

Com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira o CCB Brasil contratou operações de instrumentos derivativos (USDxCDI), com valores, prazos e taxas similares, e classificou a estrutura como *hedge accounting* de risco de mercado. A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido no IFRS 39.

A nota explicativa da administração nº 36-b contém detalhes dos períodos de vencimento residual dos derivativos.

8. Empréstimos e Adiantamentos a Clientes

a) Composição

A composição, por classificação, dos saldos da rubrica “Empréstimos e adiantamentos a clientes” nos balanços patrimoniais consolidados é a seguinte:

Empréstimos e adiantamentos a clientes	2017	2016
Financiamentos à exportação	2.776.262	2.017.183
Crédito pessoal consignado	2.420.720	2.541.415
Crédito a pessoas físicas	270.851	293.571
Capital de giro e descontos	235.690	1.651.960
Financiamentos à importação	72.440	168.386
Financiamentos rurais e agroindustriais	71.501	107.300
Contas garantidas	4.762	2.879
Financiamentos imobiliários e habitacionais	2.003	2.068
Financiamentos de máquinas e veículos pesados	884	11.134
Cheque Empresarial	91	390
Outros	38.673	306.925
Operações de crédito	5.893.877	7.103.211
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	610.056	541.174
Devedores por compra de valores e bens	75.730	84.660
Títulos e créditos a receber	69.629	55.095
Fianças honradas	43.075	9.782
Outros créditos	798.490	690.711
Operações de arrendamento mercantil	31.047	50.658
Total (*)	6.723.414	7.844.580

(*) Do total das operações de crédito, o montante de R\$ 613.126 (Dezembro/16 –), referem-se a operações ativas vinculadas à recursos captados.

Não existem empréstimos e adiantamentos a clientes em valores significativos sem datas de vencimento fixadas.

A nota explicativa da administração nº 36-b contém detalhes dos períodos de vencimento residual de empréstimos e adiantamentos a clientes.

b) Diversificação por setor de atividade

Setor de Atividade	2017	2016
Setor Privado	4.074.341	5.214.375
Outros Serviços	2.162.913	2.117.790
Indústria	1.254.508	2.086.453
Comércio	534.166	756.924
Agronegócio	122.307	247.698
Intermediários Financeiros	447	5.510
Pessoas Físicas	2.639.294	2.594.496
Setor Público	9.779	35.709
Total	6.723.414	7.844.580

c) Cessão de crédito para securitizadoras de crédito (empresas não ligadas)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram cedidas às empresas securitizadoras de crédito não ligadas, empréstimos e recebíveis de capital de giro e outros ativos, classificados como “operações com transferência substancial dos riscos e benefícios”, as quais estavam provisionadas, resultando no reconhecimento de receita no valor de R\$ 55.648 (R\$ 25.234 em 2016).

Adicionalmente, foram cedidas às empresas securitizadoras de crédito não ligadas, empréstimos e recebíveis já baixados para prejuízo, resultando no reconhecimento de receita no valor de R\$ 182.310 (R\$ 325.644 em 2016). As cessões foram realizadas considerando avaliações internas quanto às perspectivas de recuperação dos créditos, que servem para balizamento do modelo de preço da cessão, e análises de empresa especializada a respeito dos devedores e condição dos créditos, utilizadas como fonte de informações para as referidas avaliações das perspectivas de recuperação de créditos (nota 31).

d) Composição da redução ao valor recuperável

As variações nas provisões para as perdas por não-recuperação nos saldos da rubrica “Empréstimos e financiamentos - empréstimos e adiantamentos a clientes” são as seguintes:

	2017	2016
Operações avaliadas individualmente com evento de perda	203.264	1.019.886
Perda por redução ao valor recuperável	(104.563)	(322.371)
	<u>98.701</u>	<u>697.515</u>
Operações avaliadas individualmente sem evento de perda	3.173.754	3.095.756

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas – 2017
(em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2017	2016
Perda por redução ao valor recuperável	-	-
	<u>3.173.754</u>	<u>3.095.756</u>
Operações avaliadas coletivamente com evento de perda	175.257	509.508
Perda por redução ao valor recuperável	<u>(31.247)</u>	<u>(140.433)</u>
	<u>144.010</u>	<u>369.075</u>
Operações avaliadas coletivamente sem evento de perda	3.171.139	3.219.430
Perda por redução ao valor recuperável	<u>(46.198)</u>	<u>(44.780)</u>
	<u>3.124.941</u>	<u>(3.174.650)</u>
Total empréstimos e adiantamento a clientes	6.723.414	7.844.580
Total perda por redução ao valor recuperável	<u>(182.008)</u>	<u>(507.584)</u>
Saldo líquido empréstimos e adiantamento a clientes	<u>6.541.406</u>	<u>7.336.996</u>
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo inicial de provisão para perda por redução ao valor recuperável	507.584	651.294
Constituição/(reversão) de saldos contra perdas por redução ao valor recuperável	321.814	451.847
Baixa de saldos contra perdas por redução ao valor recuperável	<u>(647.390)</u>	<u>(595.557)</u>
Saldo final de perda por redução ao valor recuperável	<u>182.008</u>	<u>507.584</u>
Recuperação de créditos compensados	77.179	110.172
Créditos renegociados no período	430.207	158.867
Percentual da provisão de perdas por redução no valor recuperável sobre a carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes	2,71%	6,47%

e) Qualidade de crédito dos ativos financeiros

	2017				2016			
	Baixo	Médio	Alto	Impairment	Baixo	Médio	Alto	Impairment
Créditos não vencidos sem evento de perda	5.037.555	847.742	372.706	-	4.781.284	757.035	611.292	-
Créditos não vencidos com evento de perda	-	-	-	194.712	-	-	-	738.550
Créditos vencidos sem evento de perda	23.194	34.513	29.184	-	51.333	11.823	102.418	-
Créditos vencidos com evento de perda	-	-	11.915	171.893	-	-	950	789.895
Total de créditos	5.060.749	882.255	413.805	366.605	4.832.617	768.858	714.660	1.528.445

f) Apresentação de análise dos ativos financeiros (“Aging List”) que estão vencidos e sem evento de perda

As operações de crédito e arrendamento mercantil, por portfólio de área e por classes, estão assim classificados pelo seu vencimento (créditos vencidos sem evento de perda):

	2017				2016			
	Vencidos em até 30 dias	Vencidos de 31 dias a 60 dias	Vencidos de 61 dias a 90 dias	Total	Vencidos em até 30 dias	Vencidos de 31 dias a 60 dias	Vencidos de 61 dias a 90 dias	Total
Pessoas físicas	39.761	20.582	15.939	76.282	17.746	3.243	945	21.934
Consignado	39.352	20.582	15.939	75.873	17.381	3.243	945	21.569
Imobiliário	307	-	-	307	320	-	-	320
Outros empréstimos	102	-	-	102	45	-	-	45
Empresas	10.515	94	-	10.609	87.411	56.229	-	143.640
Capital de giro	10.515	94	-	10.609	69.921	56.229	-	126.150
Financiamento ao consumo	-	-	-	-	17.490	-	-	17.490
Total	50.276	20.676	15.939	86.891	105.157	59.472	945	165.574

9. Outros Empréstimos e Recebíveis.

São considerados “Outros Empréstimos e Recebíveis” todos os saldo cujas contra partes não são clientes ou instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica é basicamente composta por saldos pendentes de liquidação junto a bolsa de valores (nos prazos usuais de mercado) e créditos concedidos sem característica de concessão de crédito perfazendo juntos o montante de R\$ 54.464 (R\$ 92.342 em 2016).

10. Ativos Mantidos para Venda

Os ativos não financeiros classificados como mantidos para venda são registrados no Balanço Patrimonial quando de sua efetiva apreensão ou intenção de venda. No caso do CCB Brasil estes ativos correspondem, principalmente, a imóveis disponíveis para venda recebidos em dação de pagamento, os quais são contabilizados inicialmente pelo menor valor entre o valor contábil e seu valor justo menos custos de venda.

A política do CCB Brasil consiste em ter o domínio do bem imóvel (mesmo que ainda não tenha a posse), quando for obtido o Auto de Adjudicação ou Carta de Arrematação ou Dação em Pagamento (domínio do bem), e para Veículos/Outros será com base na sentença definitiva (domínio do bem). No momento em houver a posse do bem, será feita a baixa do contrato de crédito e a contabilização do bem em “Ativos Mantidos para Venda” pelo valor constante no laudo de avaliação elaborado por perito credenciado pelo Conglomerado CCB Brasil, limitado ao valor da dívida.

O laudo especificará os critérios de avaliação e os parâmetros de comparação utilizados para a determinação do valor. O bem será reavaliado depois de esgotado o prazo regulamentar (1 ano) + prorrogações + leilão obrigatório. O valor da provisão de perdas será constituído ou complementado sempre que o valor de mercado (avaliação) for inferior ao valor do custo contábil.

A Administração efetua esforços para que os ativos mantidos para venda sejam vendidos em no máximo em 3 anos, a partir da data de contagem do prazo, desde que não haja impedimento jurídico. Caso a venda não seja realizada dentro do período mencionado, os fatores que impossibilitaram a venda serão reavaliados e considerados no processo periódico de avaliação do valor recuperável do bem.

Reduções subsequentes ao valor contábil do ativo são registradas como perda por reduções ao valor justo menos os custos de venda e são contabilizadas na Demonstração de Resultado Abrangente na rubrica de “Ganhos (perdas) com ativos disponíveis para venda”. Os ganhos e perdas decorrentes de alienação de ativos mantidos para venda são registrados na linha de “Ganhos (perdas) com ativos financeiros (líquidas)” na Demonstração de Resultado do exercício.

a) Composição

	2017	2016
Classificação:		
Ativos mantidos para venda	280.426	267.842
	280.426	267.842
Tipo:		
Imóveis	377.385	320.418
Máquinas e equipamentos	28.402	26.827
Veículos	16.779	15.389
Outros	742	708
Provisão por redução ao valor recuperável	(142.882)	(95.500)
	280.426	267.842

b) Movimentação

	2017	2016
Saldo inicial	267.842	253.733
Bens retomados	64.550	50.390
Bens transferidos de agências encerradas	18.440	-
Alienações	(70.406)	(36.281)
Saldo no final do exercício	280.426	267.842

11. Investimentos

A composição dos saldos dessa rubrica é a seguinte:

	2017	2016
Entidades com controle compartilhado - BrasilFactors	125	1.851

O CCB Brasil, em 25 de abril de 2011, assumiu participação de 40% no capital da BRASILFactors S.A., uma joint venture, que tem como demais acionistas o FIMBank PLC (40%) e o International Finance Corporation – IFC (20%). No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o CCB Brasil e o FIMBANK alteraram o percentual de participação no capital da BRASILFactors S.A para 50% cada, o controle permaneceu compartilhado. A BRASILFactors não faz parte do Consolidado CCB Brasil, apresentada portanto como investimento.

As atividades principais da BRASILFactors são voltadas aos serviços de *factoring* e *forfaiting*, compreendendo a aquisição de recebíveis do mercado doméstico e internacional, tendo por mercado alvo as empresas pequenas e médias.

12. Ativo Tangível

Os ativos tangíveis do CCB Brasil dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O CCB Brasil não tem ativos tangíveis mantidos como propriedade de investimento nem arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o CCB Brasil avaliou a existência de perdas por não recuperação para os grupos do Ativo tangível no montante de R\$ 1.433 e R\$ 874, em 2017 e 2016, respectivamente.

Os detalhes, por categoria de ativo, dos ativos tangíveis nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

	Custo	Depreciação acumulada	Impairment	Saldo líquido
Terrenos e edificações	196.035	(103.181)	-	92.854
Sistemas de processamento de dados	12.630	(12.111)	(67)	452
Instalações, móveis e equipamentos de uso	24.674	(12.422)	(769)	11.483
Outros	2.652	(1.537)	(38)	1.077
Saldos em 31 de dezembro de 2016	235.991	(129.251)	(874)	105.866
Terrenos e edificações	92.182	(49.548)	(27)	42.607
Sistemas de processamento de dados	11.146	(10.744)	(15)	387
Instalações, móveis e equipamentos de uso	20.666	(11.271)	(1.344)	8.051
Outros	2.450	(1.672)	(47)	731
Saldos em 31 de dezembro de 2017	126.444	(73.235)	(1.433)	51.776

As variações na rubrica “Ativo tangível” nos balanços patrimoniais consolidados foram as seguintes:

	2017	2016
Custo:		
Saldos no início do exercício	235.991	222.454
Adições	11.361	10.914
Transferência do diferido	-	7.323
Alienações	(120.908)	(4.701)
Saldos no final do exercício	126.444	235.991
Redução ao Valor Recuperável - Impairment	(1.433)	(874)

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas – 2017
(em milhares de reais, exceto quando indicado)

Depreciação acumulada:

Saldos no início do exercício	(129.251)	(106.999)
Adições	(16.264)	(17.094)
Transferência do diferido	-	(7.323)
Alienações	72.280	2.166
Total depreciação no final do exercício	(73.235)	(129.251)
Saldo líquido do Ativo Tangível	51.776	105.866

13. Ativo Intangível

A composição do saldo da rubrica “Ativo intangível” é a seguinte:

	Vida útil estimada	2017	2016
Com vida útil definida:			
Gastos com aquisição e desenvolvimento logiciais	Diversos	19.167	14.404
Amortização acumulada	Até 5 anos	(14.275)	(11.118)
Sem Vida útil definida:			
Ágio CCB Brasil Financeira		105.190	105.190
		110.082	108.476

As variações na rubrica “Ativo intangível” foram as seguintes:

	2017	2016
Saldos iniciais	108.476	107.813
Adições	4.763	3.748
Amortizações	(3.157)	(3.085)
Saldos no final do exercício	110.082	108.476

As despesas com amortização foram incluídas na rubrica "Depreciação e amortização" na Demonstração do Resultado.

O CCB Brasil avaliou a existência de perdas por não recuperação para os grupos do Ativo Intangível. Não foram detectadas perdas no valor recuperável destes ativos na data base analisada.

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo e foi alocado a unidades geradoras de caixa (UGCs), identificadas de acordo com os segmentos operacionais (nota nº 37).

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso, para este efeito, a Administração estima o fluxo de caixa que está sujeito a vários fatores, como: (i) projeções macro-econômicas de taxa de juros, inflação, e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente.

Baseado nas premissas descritas acima não foi identificada perda do valor recuperável do ágio em 2017.

CCB Brasil S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos	105.190
Segmento operacional:	105.190
Varejo	105.190
	Varejo
Principais premissas:	
Base de avaliação	Valor em uso: fluxos de caixa
Período das projeções dos fluxos de caixa ⁽¹⁾	10 anos
Taxa de crescimento na perpetuidade	6,8% a.a.
Taxa de desconto ⁽²⁾	15,9%

⁽¹⁾ As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da Administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.

⁽²⁾ A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM), considerando a metodologia de cálculo: $K_e = R_f + \beta \cdot (RP_{gm}) + \alpha$ dos fatores descritos abaixo:

R _f	Taxa livre de risco	2,60%
Beta	Beta representando o nível de risco não diversificado	1,24
RP _{gm}	Prêmio de risco de mercado	6,00%
α	Prêmio específico da empresa	1,04%
K _e BRL	Custo de capital próprio em BRL nominal	15,90%

Foi realizado teste de sensibilidade das principais premissas, possíveis de mudança razoável, e não foi identificada perda do valor recuperável do ágio.

14. Outros Ativos

A composição dos saldos da rubrica “Outros ativos” é a seguinte:

	2017	2016
Outros valores a receber (*)	39.459	17.459
Devedores diversos	38.935	31.639
Despesas antecipadas	27.690	58.924
Adiantamentos para pagamento de nossa conta	3.872	624
Operações com ativos financeiros	2.663	4.285
Adiantamentos e antecipações salariais	917	10.884
Demais contas	473	775
	114.009	124.590

(*) Refere-se substancialmente a ativos com o antigo controlador no montante de R\$ 22.013 (R\$ - em 2016) e ativos com programas sociais habitacionais no montante de R\$ 11.220 (R\$ 8.284 em 2016).

15. Depósitos de Instituições Financeiras

A composição, por classificação, contraparte, tipo e moeda, dos saldos dessa rubrica é a seguinte:

	2017	2016
Classificação:		
Passivo financeiro ao custo amortizado	3.481.635	7.068.214
	3.481.635	7.068.214
Tipo:		
Obrigações por operações compromissadas (LFT)	3.138.816	6.868.236
Depósitos interfinanceiros	342.819	199.564
Outras instituições	-	414
	3.481.635	7.068.214
Moeda:		
Real	3.481.635	7.068.214
	3.481.635	7.068.214

A nota explicativa da administração nº 36-b contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado, depósitos de instituições financeiras.

16. Depósitos de Clientes

A composição, por classificação, tipo e rubrica “Depósitos de clientes” é a seguinte:

	2017	2016
Classificação:		
Passivo financeiro ao custo amortizado	2.853.356	2.112.377
	<u>2.853.356</u>	<u>2.112.377</u>
Tipo:		
Depósitos a prazo	2.736.654	2.007.531
Depósitos à vista	86.470	79.770
Depósitos Poupança	7.393	10.849
Outros Depósitos (*)	22.839	8.837
Relações com correspondentes	-	5.390
	<u>2.853.356</u>	<u>2.112.377</u>
Moeda:		
Real	2.853.356	2.106.987
Dólar Norte-americano	-	5.390
	<u>2.853.356</u>	<u>2.112.377</u>

(*) Refere-se substancialmente a conta de liquidações pendentes no montante de R\$ 16.729 (R\$ - em dezembro de 2016) e ordens de pagamento em moeda estrangeira no montante de R\$ 5.661 (R\$ 8.325 em dezembro de 2016).

A nota explicativa da administração nº 36-b contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado, depósitos de clientes.

17. Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica “Obrigações por títulos e valores mobiliários” é a seguinte:

	2017	2016
Classificação:		
Passivo financeiro ao custo amortizado	406.611	434.932
	406.611	434.932
Tipo:		
<i>Passivos financeiros ao custo amortizado</i>		
Obrigações por emissão de letras financeiras	159.184	32.959
Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio	154.108	189.484
Obrigações por títulos e valores no exterior	55.066	55.066
Obrigações por emissão de letra de crédito imobiliário	37.942	157.143
Obrigações por aceites de títulos cambiais	311	280
	406.611	434.932
Moeda de emissão		
Real	351.234	379.586
Dólar norte-americano	55.377	55.346
Saldos no final do exercício	406.611	434.932

A nota explicativa da administração nº 36-b contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado, obrigações por títulos e valores mobiliários.

18. Dívidas Subordinadas

Os detalhes do saldo da rubrica “Dívidas subordinadas” são os seguintes:

	2017	2016
Classificação:		
Outros passivos ao valor justo no resultado	988.046	1.065.605
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	971.969	920.563
	<u>1.960.015</u>	<u>1.986.168</u>
Tipo:		
Outros Passivos ao valor justo no resultado		
Títulos e valores no exterior	-	107.889
Eurobonds	988.046	957.716
	<u>988.046</u>	<u>1.065.605</u>
Passivos Financeiros ao custo amortizado		
CDB Subordinado	740.409	692.417
Dívida Perpétua	231.560	228.146
	<u>971.969</u>	<u>920.563</u>
Moeda:		
Dólar norte-americano	988.046	1.065.605
Real	971.969	920.563
	<u>1.960.015</u>	<u>1.986.168</u>

A nota explicativa da administração nº 36-b contém detalhes dos períodos de vencimento residual das dívidas subordinadas em cada fim de exercício.

19. Obrigações de Empréstimos no País

A composição dos saldos da rubrica “Obrigações de empréstimos no país” é a seguinte:

	2017	2016
Classificação:		
Passivo financeiro ao custo amortizado	41.700	116.813
	41.700	116.813
Sendo:		
Obrigações por repasses – Ministério da Agricultura	35.561	114.418
Outros fundos e programas	5.245	1.094
Obrigações por repasses – Ministério das Cidades	894	1.301
	41.700	116.813
Moeda:		
Real	41.700	116.813
	41.700	116.813

A nota explicativa da administração nº 36-b contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado, obrigações de empréstimos no país.

20. Obrigações de Empréstimos no Exterior

A composição dos saldos da rubrica “Obrigações de empréstimos no exterior” é a seguinte:

	2017	2016
Classificação:		
Passivo Financeiro ao custo amortizado	3.356.336	3.144.858
Outros passivos ao valor justo através do resultado	76.611	115.392
Passivo Financeiro objeto de Hedge (nota 21)	2.605.343	4.272.211
	6.038.290	7.532.461
Sendo:		
Passivo Financeiro ao custo amortizado:		
Financiamento a Importação / exportação	3.356.365	3.144.858
Obrigações por repasse no exterior	(29)	-
	3.356.336	3.144.858
Outros passivos ao valor justo através do resultado:		
Obrigações por repasse no exterior	76.611	115.392
	76.611	115.392
Passivos Financeiros objeto de Hedge:		
Empréstimos no exterior	2.612.928	4.276.926
Ajuste a Valor de Mercado	(7.585)	(4.715)
	2.605.343	4.272.211
Moeda:		
Dólar norte-americano	6.038.290	7.532.461

A nota explicativa da administração nº 36-b contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado, obrigações de empréstimos no exterior.

21. Hedge accounting

a) Captação no exterior

A partir do exercício de 2015 com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira o CCB Brasil contrata operações de instrumentos financeiros derivativos (USDxCDI), com valores, prazos e taxas similares, e classifica a estrutura como hedge accounting de risco de mercado.

b) Operação de Crédito Pessoas Físicas

O CCB Brasil detem portfólios de empréstimos consignados de funcionários públicos e aposentados, e operações de financiamento de veículos. Os créditos são concedidos a taxas pré-fixadas, expondo a Instituição ao risco de mercado decorrente das oscilações da taxa referencial dos depósitos interbancários (CDI), indexador no qual o custo de *funding* e o gerenciamento de risco da Instituição são controlados. Desta forma, para cobertura do risco da taxa pré-fixada às oscilações do CDI, a partir de janeiro de 2017, a tesouraria do Banco adquire contratos futuros de DI em uma relação de quantidades x vencimentos que compensem o efeito de ajuste a valor de mercado do objeto de hedge, sendo os efeitos desta estrutura de hedge de risco de mercado registrados exclusivamente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2017 a estrutura de *hedge accounting* está representada da seguinte forma:

	<u>Instrumento de Hedge</u>		<u>Objeto de Hedge</u>	
	Valor Nominal	Ajuste a valor de mercado	Valor Contábil	Ajuste a valor de mercado (*)
Hedge de captações no exterior	2.736.442	4.907	2.800.497	(7.585)
Hedge de carteira de crédito de varejo	2.989.035	86.898	2.313.826	91.238

(*) Registrado nas rubricas Obrigações de empréstimos no exterior e Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos).

Em 31 de dezembro de 2016 a estrutura de hedge contábil está representada da seguinte forma:

	<u>Instrumento de Hedge</u>		<u>Objeto de Hedge</u>	
	Valor Nominal	Ajuste a valor de mercado	Valor Contábil	Ajuste a valor de mercado
Hedge de captações no exterior	4.268.389	5.340	4.276.926	4.622

22. Provisões

O CCB Brasil e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária.

a) Passivos de natureza cível, trabalhista e fiscal

A Administração, com base em informações de seus consultores jurídicos, em análises das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base no histórico de perdas, constituiu provisão para passivos contingentes em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

b) Obrigações legais e passivos contingentes classificados como perda provável

As obrigações legais e os passivos contingentes classificados como perdas prováveis estão integralmente contabilizados, sendo as mais relevantes:

b.1) CSLL x Isonomia – valor envolvido R\$ 149.299 (R\$ 140.643 em 2016): pleiteia suspender a exigência da CSLL, do período base de 2008 e seguintes, em relação à majoração da alíquota de 9%, aplicada às demais pessoas jurídicas, para 15%, aplicada às instituições financeiras, tendo em vista o desrespeito ao princípio constitucional da isonomia. O valor envolvido está sendo depositado em juízo.

b.2) COFINS x Lei nº 9.718/98 – valor envolvido R\$ 521.134 (R\$ 495.820 em 2016): pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 26.247 (R\$ 24.317 em 2016).

b.3) PIS x Lei nº 9.718/98 – valor envolvido R\$ 82.782 (R\$ 77.949 em 2016): pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 90.225 (R\$ 82.905 em 2016).

b.4) PIS - Emenda Constitucional nº 10/96 – valor envolvido R\$ 17.583 (R\$ 12.511 em 2016): pleiteia afastar a exigência da contribuição para o PIS de forma retroativa e durante o período de 90 dias compreendido entre 07/03/96 e 07/06/96, em observância aos princípios da “irretroatividade” e da “anterioridade nonagesimal”, bem como assegurar o direito de calcular e recolher a partir de 07/06/96 a contribuição ao PIS sobre a receita bruta operacional, entendida como aquela decorrente exclusivamente da prestação de serviços e venda de bens, tal como definida no art. 44 da Lei nº 4.506/64, no

art.12 do Decreto-Lei nº 1.587/77 e no art. 226 do Decreto nº 1.041/94. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 17.583 (R\$ 16.471 em 2016).

b.5) ISS – Serviços Tributados – Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC Nº 56/87 – valor envolvido R\$ 1.199 (R\$ 1.679 em 2016): pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor envolvido foi depositado em juízo.

c) Passivos contingentes classificados como perda possível

c.1) Processos fiscais e previdenciários

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pela instituição e estão baseados em pareceres dos consultores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, não estão reconhecidas contabilmente as possíveis perdas, sendo compostas basicamente pelas seguintes questões:

ISS – Serviços Tributados – Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC Nº 56/87 – valor envolvido R\$ 20.468 (R\$ 19.182 em 2016): pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor envolvido foi depositado em juízo.

PDD / 1994 – valor envolvido R\$ 24.639 (R\$ 23.216 em 2016): pleiteia deduzir, no cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, relativo ao ano-base de 1994, da despesa relativa à constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, nos termos em que é determinada pelo CMN e BACEN, tal como prevista na Resolução nº 1.748/90 e modificações posteriores, afastando-se, por inconstitucional e ilegal o disposto no art. 43, parágrafo 4º, da lei nº 8.981/95. O valor envolvido foi depositado em juízo.

INSS – Participação nos Lucros dos Administradores – valor envolvido R\$ 102.953 (R\$ 73.562 em 2016): pleiteia a desconstituição de lançamento de suposto débito de INSS, relativo aos períodos-base de 2006 a 2011, lançados através de Auto de Infração, primeiro pelo fato de já ter operado a decadência em relação aos débitos relativos aos fatos geradores ocorridos até 10 de outubro de 2006, segundo porque não incide INSS sobre participação nos lucros, nos termos do art. 7º, XI, da Constituição Federal e art. 28, parágrafo 9º, da lei nº 8.212/91.

IRPJ/CSLL – valor envolvido R\$ 82.588 (R\$ - em 2016): pleiteia a desconstituição de débito de IRPJ/CSLL, relativo ao período base de 2012, lançado por auto de infração, decorrente de glosa da dedutibilidade de perdas com créditos, por suposto descumprimento dos procedimentos previstos na Lei nº 9.430/96.

d) Passivos contingentes - Trabalhistas e Cíveis

d.1) Processos trabalhistas

O CCB Brasil possui 180 (157 em 2016) processos trabalhistas avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados, totalizando R\$ 45.608 (R\$ 40.921 em 2016). Existem 193 (105 em 2016) processos, cujas verbas indenizatórias reclamadas totalizam R\$ 11.185 (R\$ 7.757 em 2016), que estão classificadas como risco possível, e para esses casos, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor máximo de indenização desses processos em caso de perda é da ordem de R\$ 10.087 (R\$ 5.633 em 2016). As contingências tem relação com processos em que se discutem pretensos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, adicional de transferência e outros.

d.2) Processos cíveis

O CCB Brasil possui 3.066 (3.196 em 2016) processos cíveis avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados e totalizam R\$ 71.006 (R\$ 70.578 em 2016). O CCB Brasil possui 478 (509 em 2016) processos, cujos valores reclamados totalizam R\$ 515.664 (R\$ 724.788 em 2016), os quais estão classificados como risco possível, e assim sendo, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor possível de indenização desses processos é de R\$ 286.990 (R\$ 348.328 em 2016). As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível.

e) Movimentação das provisões para obrigações legais e passivos contingentes, classificados como perda provável:

Descrição	2016	Adição	Reversão	Atualização	Baixa	2017
Cíveis	70.578	5.554	(5.637)	24.679	(24.168)	71.006
Trabalhistas	40.921	6.165	(2.053)	6.958	(6.383)	45.608
Fiança (nota 26)	66.535	38.370	-	-	-	104.905
Subtotal	178.034	50.089	(7.690)	31.637	(30.551)	221.519

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas – 2017
(em milhares de reais, exceto quando indicado)

Fiscais e previdenciárias	2016	Adição	Reversão	Atualização	Baixa	2017
CSLL Isonomia de Alíquotas – 2008 em diante	140.643	-	-	8.656	-	149.299
PIS – Receita Bruta Operacional – EC 10/96 e EC 17/97	12.511	-	-	5.072	-	17.583
PIS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	77.949	-	-	4.833	-	82.782
COFINS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	495.820	141	(4.180)	29.353	-	521.134
ISS – Serviços Não tributados - LC nº 56/87	1.679	-	(574)	94	-	1.199
ISS – Operações de Leasing fora da Sede	246	-	(248)	2	-	-
Subtotal	728.848	141	(5.002)	48.010	-	771.997
Total	906.882	50.230	(12.692)	79.647	(30.551)	993.516

Para as contingências acima descritas o CCB Brasil depositou em garantia o montante de R\$ 112.802 (R\$ 73.614 em 2016) – processos Cíveis, R\$ 22.840 (R\$ 22.393 em 2016) – processos Trabalhistas e R\$ 346.018 (R\$ 323.635 em 2016) – processos Fiscais.

Descrição	2015	Adição	Reversão	Utilização	2016
Cíveis	86.863	17.419	(30.120)	(3.584)	70.578
Trabalhistas	29.060	14.029	(558)	(1.610)	40.921
Fiança	78.078	-	-	(11.543)	66.535
Subtotal	194.001	31.448	(30.678)	(16.737)	178.034

Fiscais e previdenciárias	2015	Adição	Reversão	Atualização	2016
CSLL Isonomia de Alíquotas – 2008 em diante	129.310	-	-	11.333	140.643
PIS – Receita Bruta Operacional – EC 10/96 e EC 17/97	12.108	-	-	403	12.511
PIS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	71.838	-	(107)	6.218	77.949
COFINS – Alargamento da Base de Cálculo – Lei nº 9.718/98	458.471	-	(853)	38.202	495.820
ISS – Serviços Não tributados - LC nº 56/87	1.549	-	-	130	1.679
ISS – Operações de Leasing fora da Sede	159	-	-	87	246
Subtotal	673.435	-	(960)	56.373	728.848
Total	867.436	31.448	(31.638)	39.636	906.882

23. Impostos de Renda Correntes e Diferidos

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

O total dos encargos do exercício pode ser conciliado com o lucro contábil como segue:

	2017		2016	
	IR	CS	IR	CS
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(467.704)	(467.704)	(317.498)	(317.498)
Adições temporárias	1.304.494	1.295.553	1.995.326	1.970.781
Adições permanentes	478.723	478.723	378.619	378.619
Exclusões	(2.011.068)	(1.998.390)	(2.946.894)	(2.943.743)
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo do IR e CSLL (Acumulado 2017)	(695.555)	(691.818)	(890.447)	(911.841)
(+) Resultado fiscal negativo das empresas consolidadas	779.295	779.295	922.861	926.395
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal / Base de Cálculo Negativa CSLL	(15.437)	(15.437)	-	-
Lucro Real e base de cálculo da CSLL	68.303	72.040	32.414	14.554
Encargos às alíquotas de 15% para IR e CS	10.245	14.334	8.980	7.319
Adicional de 10% de IR	6.728	-	5.627	-
Impostos correntes	16.973	14.334	14.607	7.319
Conciliação do Resultado				
Impostos correntes	16.973	14.334	14.607	7.319
Imposto de Renda e CSLL Diferido	71.575	43.877	17.655	11.628
(=) Provisão de IR e CS	88.548	58.211	32.262	18.947
Constituição de créditos tributários (s/ Adições temporárias)	(315.402)	(239.572)	(517.191)	(406.437)
Constituição de créditos tributários (s/ Prejuízo Fiscal e BC Negativa CSLL)	(65.833)	(47.103)	(241.987)	(127.522)
Realização do crédito tributário (Reversão de adições temporárias)	317.562	254.991	641.382	522.893
Realização do crédito tributário (s/ compensação prejuízo Fiscal e BC Negativa CSLL)	3.859	2.623	2.619	1.769
Baixa de Crédito Tributário de Prejuízo Fiscal e BC Negativa CSLL	179.150	137.929	-	-
(=) Efeito líquido do crédito tributário	119.336	108.868	(115.177)	(9.297)
Total	207.884	167.079	(82.915)	9.650
(Receita) / Despesa do Imposto de renda e contribuição social		374.963		(73.265)

b) Cálculo efetivo das alíquotas de imposto

As alíquotas efetivas de imposto são:

	2017	2016
Resultado antes da tributação	(467.704)	(317.498)
Imposto de renda corrente (nota 23a)	374.963	(73.265)
Alíquota efetiva	80,17%	23,08%

A alíquota efetiva se diferencia da alíquota vigente aplicada para a apuração do imposto de renda, conforme as adições e exclusões apresentados a seguir:

	2017	Alíquota
Resultado antes do imposto de renda	(467.704)	
Imposto de renda às alíquotas vigentes	(187.081)	40%
Adições e exclusões no cálculo do imposto:		
Baixa de crédito tributário - sem expectativa de realização	317.079	
Crédito tributário não contabilizado - sem expectativa de realização	204.993	
Resultado de investimentos no exterior	23.658	
Agio em aquisição de investimento	8.474	
Adições e exclusões permanente	(24.298)	
Dif. Alíquota CSLL 15% x 20%	38.563	
Outras adições permanentes indedutíveis	(6.425)	
Imposto de renda do exercício	374.963	80,17%
	2016	Alíquota
Resultado antes do imposto de renda	(317.498)	
Imposto de renda às alíquotas vigentes	(126.999)	40%
Adições e exclusões no cálculo do imposto:		
Resultado na agência no exterior	35.748	
Participações nos lucros	-	
Despesa não dedutível - atualização depósito	(7.938)	
Ajuste Estoque CT Dif. Alíq. CSLL 15% x 20% MP.675/15	(47.212)	
Ajuste CT CSLL 20% X 15% (Realizações após 2018)	80.342	
Ajuste Passivo Diferido - Dif. Alíquota CSLL 15% x 20%	(4.795)	
Outras adições permanentes indedutíveis	(2.411)	
Imposto de renda do exercício	(73.265)	23%

c) Impostos Diferidos

Os saldos da rubrica "Impostos diferidos" Ativo / (Passivo) é composto por:

	2017	2016
Crédito Tributário	1.045.694	1.275.780
Passivos Diferidos		
IR e CS sobre ajuste positivo do MTM	(134.008)	(65.061)
IR sobre Superveniência de depreciação	(4.383)	(3.449)
	(138.391)	(68.510)
Total de Impostos Diferidos	907.303	1.207.270

d) Créditos Presumidos

Diante do elevado estoque de diferenças temporárias decorrentes de perdas de crédito ocorridas a partir de 2014, o Banco optou por apurar Crédito Presumido no montante de R\$ 380.662, segundo critérios estabelecidos pela Lei 12.838/2013 e Circular nº 3.624/2013 do BACEN, que requerem a apuração de prejuízo fiscal e créditos decorrentes de diferenças temporárias oriundos de provisões para crédito de liquidação duvidosa, apurados e existentes no ano-calendário anterior.

Ainda conforme a Lei 12.838/2013 a Receita Federal poderá verificar a exatidão dos créditos presumidos apurados pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data do pedido de ressarcimento, que poderá ser em espécie ou em títulos da dívida pública mobiliária federal, podendo haver dedução de valores de natureza tributária ou não tributária devidos à Fazenda Nacional.

Durante o exercício de 2017 o Banco recuperou R\$ 118.402, decorrentes de operações de crédito integrantes da base de cálculo do crédito presumido, cujos tributos diferidos, no montante de R\$ 47.361, foram registrados como redutor do crédito presumido originalmente contabilizado, dado que estes valores serão tributados por ocasião do ressarcimento do crédito pela Fazenda Nacional.

A Administração entende que, dado ao cenário macroeconômico e a expectativa de geração e resultados tributáveis futuros pela instituição, a opção pelo Crédito Presumido representa a melhor alternativa para reduzir o tempo de realização das diferenças temporárias oriundos de provisões para créditos de liquidação duvidosa.

	<u>2017</u>
Crédito Presumido Constituído	
Ano 2014	78.983
Ano 2015	107.450
Ano 2016	194.229
Ano 2017	<u>(47.361)</u>
Total Crédito Presumido	333.301

e) Créditos tributários não ativados

A administração, em decorrência do histórico de prejuízos fiscais auferidos nos últimos anos e incertezas relacionadas a projeções de longo prazo, optou por não registrar os créditos tributários em seu ativo segundo as práticas estabelecidas pelo IFRS, a partir de 31 de maio de 2017.

O Consolidado possui créditos tributários não ativados decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social no valor total de R\$ 522.072 (R\$ - em 2016) para os quais não há expectativa de realização.

24. Outras Obrigações

A seguir, a composição do saldo da rubrica “Outras obrigações”:

	2017	2016
Credores diversos – país (*)	45.746	22.432
Comissão sobre fianças diferidas	22.586	24.670
Despesas de pessoal	12.661	26.487
Gratificações e participações a pagar	10.500	-
Outras despesas administrativas	8.899	15.972
Operações a pagar com cartão de crédito	7.572	16.303
Operações com ativos financeiros e mercado a liquidar	4.649	36.180
Dividendos a pagar	204	204
Obrigações por aquisições de bens e direitos	1	1
Outros pagamentos	1.517	218
	<u>114.335</u>	<u>142.467</u>

(*) Composto substancialmente por obrigações a pagar sobre resgate de ações no montante de R\$ 25.160 (R\$ - em 2016) (nota 25).

25. Patrimônio Líquido

a) Capital

O capital social do Banco é de R\$ 2.956.864 (R\$ 1.699.886 em 2016) e está dividido em 465.631.466 ações nominativas (354.322.935 em 2016), sendo 297.223.908 ordinárias (225.459.526 em 2016) e 168.407.558 preferenciais (128.863.409 em 2016), sem valor nominal.

Em 29 de abril de 2016 a Assembleia Geral Extraordinária, aprovou a redução do capital social para R\$ 794.860 mediante a absorção de prejuízos acumulados no montante de R\$ 1.217.950. Na mesma data, aprovou também o aumento do capital social de R\$ 794.860 para R\$ 1.554.860, com emissão de 84.110.804 novas ações, ao preço de R\$ 9,0354 por ação, sendo 53.281.674 ordinárias e 30.829.130 preferenciais, perfazendo um aumento no montante de R\$ 760.000, o qual foi integralizado exclusivamente pelo acionista controlador, após o decurso do período do direito de preferência a favor dos acionistas minoritários. Em 30 de junho de 2016, o referido aumento foi homologado pelo BACEN.

Em 02 de setembro de 2016 o Conselho de Administração aprovou a proposta de aumento de capital mediante a emissão de 2.632.449 ações, todas ordinárias, ao preço de R\$ 9,49 por ação que perfaz o montante de R\$ 24.982, sendo R\$ 26 destinado a aumento de capital e R\$ 24.956 a reservas de capital. Do total, foi subscrito e integralizado a quantidade de 2.613.527 ações no montante de R\$ 24.803. As sobras de ações no total de 18.922 e valor de R\$ 179, foi subscrita e integralizada em 10 de outubro de 2016 pelo acionista controlador, após o não exercício do direito de preferência pelos demais acionistas. Em 04 de novembro de 2016, o referido aumento foi homologado pelo BACEN.

Em 28 de dezembro de 2016 o Conselho de Administração propôs o aumento de capital social de R\$ 1.554.886 para R\$ 1.699.886 dentro do limite do capital social autorizado, com a emissão de 14.676.113 de novas ações ao preço de R\$ 9,88 por ação, sendo 9.338.570 ordinárias e 5.337.543 preferenciais, perfazendo um aumento de R\$ 145.000, após o decurso do período do direito de preferência a favor dos acionistas minoritários. A controladora subscreveu e integralizou na data de 28 de dezembro de 2016 o valor correspondente a sua participação proporcional no capital do Banco, correspondente ao montante de R\$ 141.262. Em 01 de fevereiro de 2017 o Conselho de Administração aprovou o referido aumento de capital, após a comprovação de que a Controladora subscreveu as sobras de ações, dos acionistas minoritários que não exerceram seu direito de preferência, no montante de R\$ 3.738. O aumento de capital foi homologado pelo BACEN em 23 de maio de 2017.

Em 26 de outubro de 2017 o Conselho de Administração propôs o aumento de capital mediante a emissão de 113.647.791 novas ações ao preço de R\$ 11,07 por ação, sendo 72.315.322 ordinárias e 41.332.469 preferenciais que perfaz um montante de R\$ 1.258.081, o qual foi aprovado nas Assembleias Gerais Extraordinárias de 26 de outubro e 27 de novembro de 2017, sendo R\$ 1.256.978 destinados a aumento de capital e R\$ 1.103 para

constituição de reservas de capital, destinadas a suportar resgate de ações. Do total, foram subscritas e integralizadas, na data da Assembleia, a quantidade de 110.845.180, sendo 72.138.610 ações ordinárias e 38.706.570 ações preferencias no montante de R\$ 1.227.056. As sobras de ações no total de 2.802.611, sendo 176.712 ordinárias e 2.625.899 preferenciais, no montante de R\$ 31.025, foram subscritas e integralizadas em 27 de novembro de 2017 pelo acionista controlador, após verificação do não exercício do direito de preferência pelos demais acionistas. Em 12 de dezembro de 2017, o aumento foi homologado pelo BACEN.

Em 22 de dezembro de 2017 o Conselho de Administração propôs e a Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas aprovou em 22 de dezembro de 2017, o resgate de ações nos termos do artigo 4º, § 5º, da Lei das Sociedades por Ações, e da Instrução CVM 361, envolvendo a totalidade das 550.940 ações ordinárias e 1.788.320 ações preferenciais remanescentes em circulação após o leilão da OPA ocorrido em 1º de outubro de 2016. O valor a ser pago será de R\$ 7,30 por ação ajustado pela variação da SELIC desde 29 de agosto de 2014 e totalizará o montante de R\$ 25.160 e será liquidado, a partir de 04 de janeiro de 2018, à conta de reservas de capital, sem necessidade da redução de capital social.

	Movimentação das Ações (milhares)		
	Ordinárias	Preferenciais	Total Ações
Saldo em 1º de janeiro de 2016	160.207	92.697	252.904
Emissão de ações para aumento de capital	65.252	36.167	101.419
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	225.459	128.864	354.323
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2017	225.459	128.864	354.323
Emissão de ações para aumento de capital	72.315	41.332	113.647
Resgate de ações	(551)	(1.788)	(2.339)
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	297.223	168.408	465.631

O quadro de acionistas do CCB Brasil passará a ser o seguinte:

Acionista	Participação (%)	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total	
		Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
CCB Holding	100%	297.223.908	1.794.511	168.407.558	1.162.353	465.631.466	2.956.864

b) Ações em tesouraria

Até 31 de dezembro de 2017 foram adquiridas 6.879.540 ações preferencias no montante R\$ 58.593, deste montante, 481.022 ações foram transferidas aos administradores a título de remuneração variável nos anos de 2013 e 2014.

O custo mínimo, médio e máximo por ação foi de R\$ 6,96, R\$ 8,52 e R\$ 9,70. Não há valor de mercado para estas ações.

Desta forma, a quantidade de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2017 corresponde a 6.398.518 ações no montante de R\$ 55.105 (R\$ 55.105 em 2016).

c) Dividendos e Juros sobre capital próprio

Conforme estatuto é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, nos termos da legislação societária aplicável.

Não houve pagamento de juros sobre capital próprio no exercício.

d) Reservas

A apuração de prejuízo líquido fundamentou a não constituição de reservas de lucros.

26. Garantias Prestadas

O CCB Brasil oferece uma série de garantias para que seus clientes melhorem sua posição de crédito e estejam aptos a competir. O quadro a seguir apresenta todas as garantias em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Máximo valor potencial de pagamentos futuros	2017	2016
Garantias prestadas		
Avais e fianças	1.456.414	1.721.806
Performance exportação	5.092.416	1.856.657
Carta de crédito	13.518	28.986
Cobrança de exportação	5.078.898	1.827.671
Total de garantias prestadas	6.548.830	3.578.463

A expectativa do Banco é de que essas garantias expirem sem a necessidade de adiantamento de dinheiro. Portanto, no curso normal dos negócios, o Banco espera que essas transações não tenham virtualmente nenhum impacto em sua liquidez. Em 31 de dezembro de 2017 foram detectadas garantias fornecidas pelo CCB Brasil cujo exercício é considerado como “provável” no montante de R\$ 69.026 (R\$ 67.710 em 2016), para as quais o Banco constituiu provisão no valor de R\$ 93.445 (R\$ 66.535 em 2016) que leva em consideração as garantias obtidas nestas operações (nota 22e).

27. Receitas e Despesas com Juros e Similares

Juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os ativos financeiros com retorno implícito ou explícito, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, e das retificações de resultado como consequência da contabilização do *hedge*. Os juros são reconhecidos pelo valor bruto, sem a dedução de impostos retidos na fonte.

Despesas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os passivos financeiros com retorno implícito ou explícito, inclusive remuneração em espécie, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo.

	2017	2016
Receitas de juros e similares	2.946.214	3.520.055
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	81.254	53.427
Empréstimos e adiantamentos a clientes	906.670	991.723
Ativos financeiros para negociação		
- Instrumentos de dívida	641.284	647.737
- Fundos de Investimentos	2.738	15.305
Ativos financeiros mantidos até o vencimento		
- Instrumentos de dívida	66.752	6.877
Derivativos	1.247.516	1.804.986
Despesas de juros e similares	(2.737.028)	(3.340.010)
Depósitos de instituições financeiras		
- Depósitos interfinanceiros	(21.160)	(52.990)
- Captação no mercado aberto	(443.160)	(313.024)
Depósitos de clientes		
- Poupança	(565)	(957)
- A prazo	(251.997)	(322.612)
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários	(143.394)	(134.827)
Obrigações de empréstimos no país	(31.001)	(59.974)
Obrigações de empréstimos no exterior	(179.223)	(92.470)
Derivativos	(1.666.528)	(2.363.156)
Receita Líquida com Juros	209.186	180.045

28. Ganhos com Ativos e Passivos Financeiros (Líquidos)

Os ganhos com ativos e passivos financeiros são compostos pelos valores dos ajustes de avaliação dos instrumentos financeiros, exceto aqueles atribuídos aos juros acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos, às provisões e pelos ganhos resultantes da venda ou compra dos instrumentos financeiros.

a) Composição

A composição do saldo dessa rubrica, por tipo de instrumento, está demonstrada a seguir:

	2017	2016
Ganhos (perdas) com:		
<i>Hedge accounting</i> – carteira varejo	91.238	-
Ativos financeiros para negociação	33.990	(25.636)
Outros ativos financeiros objeto de <i>hedge</i>	(1.735)	2.154
Outros passivos ao valor justo através do resultado	(18.334)	(89.142)
Outros passivos objeto de <i>hedge</i>	2.869	40.640
Sendo:	108.028	(71.984)
Ativos financeiros para negociação		
Instrumentos de dívida	7.773	987
Derivativos	26.217	(26.623)
Outros ativos ao valor justo através do resultado		
Instrumentos de dívida	89.503	2.154
Outros passivos ao valor justo através do resultado	(18.334)	(89.142)
Outros passivos objeto de Hedge		
MTM instrumento de Hedge	2.869	40.640

29. Diferenças Cambiais (Líquidas)

As diferenças cambiais mostram basicamente os ganhos ou as perdas nas negociações de moeda, as diferenças que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional e os ganhos ou as perdas divulgados para ativos não monetários em moeda estrangeira no momento da alienação.

	2017	2016
Ganhos (perdas) com:		
Variação cambial de ativos e passivos	56.264	29.990
Sendo em ativos financeiros		
Carteira de Câmbio	70.572	(124.745)
Derivativos	31.444	(736.398)
Instrumento de dívida	715	2.980
Empréstimos e adiantamentos a clientes	683	(13.072)
Sendo em passivos financeiros		
Obrigações por empréstimos no exterior	(33.902)	726.292
Obrigações por títulos e valores mobiliários	(13.248)	174.933
	56.264	29.990

30. Receitas de Tarifas e Comissões

A rubrica “Receita de tarifas e comissões” é composta pelos valores de todos os honorários e comissões acumulados em favor do Banco no ano, exceto aqueles que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

	2017	2016
Rendas de garantias prestadas	43.210	49.467
Rendas de outros serviços	15.785	18.557
Outras rendas de tarifas bancárias - PJ	8.618	17.148
Rendas de tarifas bancárias - PF	66	86
	<u>67.679</u>	<u>85.258</u>

31. Outras Receitas (Despesas) operacionais

Entre essa rubrica da demonstração do resultado consolidada estão:

	2017	2016
Outras receitas operacionais		
Recuperação de encargos e despesas	42.294	9.350
Atualização de depósitos em garantia	18.627	22.917
Rendas de venda financiada de bens não de uso	9.613	9.585
Renda de aquisição de recebíveis	4.508	7.009
Outras receitas operacionais	16.352	83
Cessão de crédito para securitizadora	-	350.878
Total outras receitas operacionais	91.394	399.822
Outras despesas operacionais		
Despesas rescisórias (*)	(61.308)	-
Despesas com tarifas e comissões (**)	(41.755)	-
Provisões cíveis	(35.423)	12.484
Despesas tributárias	(32.283)	(44.397)
Garantias e fianças prestadas	(26.912)	11.395
Programa de remuneração aos funcionários	(24.391)	(98)
Provisões trabalhistas	(4.573)	(12.516)
Despesas com cartão de crédito	(1.115)	(1.857)
Outras despesas operacionais	(16.344)	-
Total outras despesas operacionais	(244.104)	(34.988)
Saldo Líquido Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(152.710)	364.834

(*) Refere-se a despesas de rescisão contratual devido a reestruturação operacional planejada pelo Controlador e contempla gastos com Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, Seguridade Social, Rescisão Contratual e Indenizações.

(**) Refere-se substancialmente a comissões sobre cobranças financeiras ocorridas a partir de 2017.

32. Despesas com Pessoal

A composição da rubrica “Outras despesas de pessoal” está demonstrada a seguir:

	2017	2016
Salários	(117.684)	(147.983)
Encargos Sociais	(37.260)	(47.558)
Benefícios	(24.655)	(25.166)
Honorários de diretoria	(16.010)	(15.648)
Outros	(2.339)	(2.599)
	(197.948)	(238.954)

33. Outras Despesas Administrativas

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	2017	2016
Serviços de terceiros	(41.691)	(43.738)
Imóveis, instalações e materiais	(27.546)	(36.048)
Tecnologia e sistemas	(16.939)	(21.297)
Despesas do Sistema Financeiro	(13.454)	(11.674)
Despesas Processos Judiciais	(9.007)	(11.304)
Publicidade	(3.601)	(3.986)
Ajudas de custo e despesas de viagem	(2.631)	(3.641)
Comunicações	(1.880)	(2.465)
Sistema de transporte	(1.522)	(2.735)
Prêmios de seguros	(1.270)	(1.297)
Outras despesas administrativas	(9.334)	(8.861)
	(128.875)	(147.046)

34. Despesas Tributárias

Referem-se substancialmente às contribuições federais para PIS e COFINS que atingiram montante de R\$ 34.451 (R\$ 33.129 em 2016).

	2017	2016
Despesas de contribuição à COFINS	(18.420)	(20.187)
Despesas tributárias	(9.618)	(6.080)
Despesas de impostos s/ serviços de qualquer natureza	(3.402)	(3.506)
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP	(3.011)	(3.356)
Total	(34.451)	(33.129)

35. Ganhos (perdas) com outros ativos (líquidas)

Refere-se basicamente a resultados obtidos na venda de bens próprios e provisionamentos para ajuste ao valor de realização de bens ou outros ativos não operacionais.

	2017	2016
Resultado na alienação de bens	8.217	4.569
Rendas de aluguéis	1.291	800
Ganhos (perdas) de capital	(9)	39
Constituição (reversão) de provisão para realização de bens destinados à venda	(61.490)	(17.429)
Outros	72	14
	(51.919)	(12.007)

36. Outras Divulgações

a) Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o Banco não detinha sob custódia títulos de dívida e valores mobiliários de terceiros.

b) Vencimento residual

Em atendimento ao IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, apresentamos a seguir a composição dos instrumentos financeiros, dos saldos de caixa e equivalente de caixa, bem como do correspondente gap de liquidez dos referidos ativos e passivos, de acordo com as faixas de vencimento.

	31 de dezembro de 2017							
	A vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	Vencidos	Total
Ativo:								
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	-	114.702	-	-	-	-	-	114.702
Instrumentos de dívida	-	-	22.836	55.834	3.400.175	3.630.637	1.231.642	8.341.124
Instrumentos de patrimônio	-	256	-	-	-	-	-	256
Derivativos Ativos	-	25	48.581	211.030	37.803	-	-	297.439
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	-	-	248.469	1.031	-	481.732	-	731.232
Empréstimos e adiantamentos a clientes	91.238	65.953	520.442	1.333.475	3.620.084	1.044.036	48.186	6.723.414
Outros empréstimos e recebíveis	-	-	22.011	4.895	27.558	-	-	54.464
Outros Ativos Financeiros	-	-	8.331	11.242	-	-	-	19.573
Total	91.238	180.936	870.670	1.617.507	7.085.620	5.156.405	1.279.828	16.282.204
Passivo:								
Depósitos de instituições financeiras	-	-	3.267.886	183.777	2.731	27.241	-	3.481.635
Depósitos de clientes	-	94.263	300.568	1.833.238	625.287	-	-	2.853.356
Derivativos Passivos	-	-	2.777	2.375	-	-	-	5.152
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	-	77.590	121.744	206.674	603	-	406.611
Dívidas subordinadas	-	-	-	-	1.391.635	568.380	-	1.960.015
Obrigações de empréstimos no país	-	-	13.847	27.853	-	-	-	41.700
Obrigações de empréstimos no exterior	-	-	792.160	2.529.289	45.706	50.627	15.165	3.432.947
Passivos Financeiros com CCB	-	-	939.835	1.434.921	165.182	49.636	15.769	2.605.343
Total	-	94.263	5.394.663	6.133.197	2.437.215	696.487	30.934	14.786.759
GAP de Liquidez (*)	91.238	86.673	(4.523.993)	(4.515.690)	4.648.405	4.459.919	1.248.894	1.495.445

(*) Investimentos com liquidez imediata apresentados de acordo com suas respectivas datas de vencimento nominais.

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas – 2017
(em milhares de reais, exceto quando indicado)

31 de dezembro de 2016								
	A vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	Vencidos	Total
Ativo:								
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	12.023	109.023	-	-	-	-	-	121.046
Instrumentos de dívida	-	-	33	228.452	3.689.178	3.780.669	-	7.698.332
Instrumentos de patrimônio	256	-	-	-	-	-	-	256
Derivativos Ativos	-	2.498	61.253	43.664	229.568	-	-	336.983
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	-	3.714.375	7.717	420.641	-	-	-	4.142.733
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	1.000.785	1.458.358	5.049.283	281.248	54.906	-	7.844.580
Outros empréstimos e recebíveis	-	27.746	64.596	-	-	-	-	92.342
Total	12.279	4.854.427	1.591.957	5.742.040	4.199.994	3.835.575	-	20.236.272
Passivo:								
Depósitos de instituições financeiras	414	34.554	59.986	1.580.563	5.392.697	-	-	7.068.214
Depósitos de clientes	91.209	512.095	982.300	489.605	37.168	-	-	2.112.377
Derivativos Passivos	-	282	27.911	1.593	-	-	-	29.786
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	93.111	198.519	143.302	-	-	-	434.932
Dívidas subordinadas	-	-	105.859	977.655	902.654	-	-	1.986.168
Obrigações de empréstimos no país	-	64.303	50.985	1.525	-	-	-	116.813
Obrigações de empréstimos no exterior	-	1.302	507.621	2.751.327	-	-	-	3.260.250
Passivos Financeiros com CCB	-	3.502.366	769.845	-	-	-	-	4.272.211
Outros Passivos Financeiros	-	14.805	7.750	-	-	-	-	22.555
Total	91.623	4.222.818	2.710.776	5.945.570	6.332.519	-	-	19.303.306
GAP de Liquidez (*)	(79.344)	631.609	(1.118.819)	(203.530)	(2.132.525)	3.835.575	-	932.966

(*) Investimentos com liquidez imediata apresentados de acordo com suas respectivas datas de vencimento nominais.

O Controlador disponibiliza limite de crédito suficiente para garantir a liquidez do conglomerado CCB Brasil

c) Caixa e equivalentes de caixa para o fluxo de caixa

	2017	2016
Disponibilidades	93.107	110.743
Aplicações Mercado Aberto (Operações Compromissadas)	53.008	3.578.596
Aplicações Depósitos Interfinanceiros	-	4.621
Aplicações Moedas Estrangeiras	190.936	131.157
	337.051	3.825.117

d) Compromissos assumidos por garantias recebidas e captações junto a Organismos Internacionais

O CCB Brasil é devedor por empréstimos obtidos junto à Proparco (Société de Promotion et de Participation pour la Coopération Économique) para repasses a empresas brasileiras, cujo contrato exige manutenção de índices financeiros mínimos (financial covenants), além da exigência de obrigações de responsabilidade socioambientais.

Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e as normas do BACEN. São também monitorados e aferidos pelos credores mencionados.

	Requerido
Capitalização (Basileia)	$\geq 11\%$
Soma dos 20 maiores riscos sobre PR	$\leq 300\%$
Concentração de risco por segmento de mercado	$\leq 25\%$
Créditos D-H + Dações - Provisões sobre "PR"	$\leq 25\%$
Despesas Operacionais sobre Resultado Operacional	$\leq 85\%$
Gap de liquidez de 90 dias em R\$	> 0

e) Seguros

O Banco adota a política de proteção a riscos, segundo a relevância dos montantes envolvidos e a Administração considera suficientes os valores globais dos seguros contratados.

37. Segmentos Operacionais

De acordo com as normas contábeis internacionais, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- (a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).
- (b) Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.
- (c) Para as quais informações financeiras individualizadas estejam disponíveis.

O Banco identificou, com base nessas diretrizes, os seguintes segmentos de negócio como sendo os seus segmentos operacionais:

- Atacado
- Varejo

O Banco mantém como principal foco de sua estratégia atuação no segmento de Atacado. Referido segmento inclui basicamente a concessão de empréstimos e recebíveis com garantia de recebíveis, sendo o Capital de Giro o produto mais rentável do segmento. Uma parcela significativa da carteira de atacado é representada por empréstimos de curto prazo que proporcionam ao Banco maior liquidez e um controle mais efetivo do risco. Adicionalmente, o Banco participa ativamente no mercado de câmbio cujas captações são realizadas junto a bancos internacionais.

O segmento Varejo inclui empréstimos e recebíveis do tipo consignado para empregados do setor público e financiamento de veículos para pessoa física.

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas – 2017
(em milhares de reais, exceto quando indicado)

As demonstrações de resultado condensadas e outros dados significativos estão relacionados a seguir.

	Atacado	Varejo	2017	Atacado	Varejo	2016
Receitas com juros e similares	2.329.803	616.411	2.946.214	3.143.865	376.190	3.520.055
Despesas com juros e similares	(2.267.930)	(469.098)	(2.737.028)	(3.104.610)	(235.400)	(3.340.010)
Resultado líquido com juros e similares	61.873	147.313	209.186	39.255	140.790	180.045
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	108.028	-	108.028	(71.984)	-	(71.984)
Diferenças cambiais (líquidas)	56.264	-	56.264	29.990	-	29.990
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	226.165	147.313	373.478	(2.739)	140.790	138.051
Resultado de equivalência patrimonial	(2.595)	869	(1.726)	(3.092)	613	(2.479)
Receita de tarifas e comissões	58.557	9.122	67.679	73.067	12.191	85.258
Outras receitas (despesas) operacionais	(162.415)	9.705	(152.710)	372.170	(7.336)	364.834
TOTAL DE RECEITAS	119.712	167.009	286.721	439.406	146.258	585.664
Despesas com pessoal	(177.057)	(20.891)	(197.948)	(220.837)	(18.117)	(238.954)
Outras despesas administrativas	(98.095)	(30.780)	(128.875)	(109.963)	(37.083)	(147.046)
Despesas tributárias	(20.780)	(13.671)	(34.451)	(24.410)	(8.719)	(33.129)
Depreciação e amortização	(18.612)	(806)	(19.418)	(19.707)	(472)	(20.179)
Perdas com redução no valor recuperável de ativos financeiros	(219.546)	(102.268)	(321.814)	(391.140)	(60.707)	(451.847)
Ganhos (perdas) com outros ativos (líquidas)	(50.851)	(1.068)	(51.919)	(11.874)	(133)	(12.007)
PREJUÍZO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	(465.229)	(2.475)	(467.704)	(338.525)	21.027	(317.498)
Impostos sobre a renda e contribuição social correntes e diferidos	(378.282)	3.319	(374.963)	81.676	(8.411)	73.265
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(843.511)	844	(842.667)	(256.849)	12.616	(244.233)
Total em Ativos	16.091.475	1.817.177	17.908.652	19.622.817	2.336.306	21.959.123
Principal linha de ativo:						
Empréstimos e adiantamentos a clientes	5.033.126	1.690.288	6.723.414	5.634.984	2.209.596	7.844.580
Total em Passivos	14.179.301	1.723.606	15.902.907	18.109.835	2.242.820	20.352.655
Principal linha de passivo:						
Depósitos de clientes	1.170.140	1.682.610	2.853.356	(98.647)	2.211.024	2.112.377

38. Transações com Partes Relacionadas

As partes relacionadas do CCB Brasil devem incluir, partes com controle conjunto sobre a entidade, empreendimentos em conjunto em que a entidade é um investidor e planos de benefícios pós-emprego para o benefício dos empregados de uma entidade ou de qualquer entidade que seja uma parte relacionada dessa entidade.

O CCB Brasil e suas empresas controladas diretas mantêm transações entre si, as quais foram eliminadas no consolidado.

Os saldos de operações do Banco com controladas, direta, indireta, empresas ligadas e pessoal chave da Administração podem ser observados conforme abaixo:

	Ativos / (passivos)		Receitas / (despesas)	
	2017	2016	2017	2016
Disponibilidades em moedas estrangeiras	77.664	371	-	-
China Construction Bank Corporation (d)	77.664	371	-	-
Cotas de Fundo de Investimentos – FIDC	22.836	43.872	2.738	15.305
BRASILFactors (a)	22.836	43.872	2.738	15.305
Depósitos à vista	(696)	(1.976)	-	-
BRASILFactors (a)	(1)	(1)	-	-
CCB Brazil Holding Ltda. (e)	(27)	(769)	-	-
Pessoal-chave da Administração e Controladores (c)	(668)	(1.206)	-	-
Depósitos a prazo	(162.925)	(113.131)	(9.909)	(14.965)
BRASILFactors (a)	(590)	(2.316)	(230)	(815)
FDIC BRASILFactors (b)	(4.411)	(62.727)	(1.861)	(4.189)
CCB Brazil Financial Holding Ltda. (e)	(157.686)	(47.704)	(7.774)	(9.936)
Pessoal-chave da Administração e Controladores (c)	(238)	(384)	(44)	(25)
LCA	(2.793)	(1.718)	(113)	(211)
Pessoal-chave da Administração e Controladores (c)	(2.793)	(1.718)	(113)	(211)
LCI	(122)	(802)	(58)	(296)
Pessoal-chave da Administração e Controladores (c)	(122)	(802)	(58)	(296)
NDF	(267)	(753)	999	(9.760)
BRASILFactors (a)	(267)	(753)	999	(9.760)
Obrigações por Empréstimos	(6.111.130)	(7.285.717)	(665.045)	(421.011)
China Construction Bank Corporation (d)	(6.111.130)	(7.285.717)	(665.045)	(421.011)
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	(568.381)	(559.926)	(36.708)	(16.544)
China Construction Bank Corporation (d)	(568.381)	(559.926)	(36.708)	(16.544)

- (a) Coligadas diretas;
- (b) Coligadas indiretas;
- (c) Controladores e Pessoal Chave da Administração;
- (d) Controladora indireta sediada no exterior;
- (e) Controladora direta.

Vencimentos e taxas das operações com partes relacionadas:

As aplicações interfinanceiras de liquidez pós-fixadas são valorizadas pelo CDI médio de 105% (105% em 2016) e as pré-fixadas às taxas médias de 15,07% a.a. (14,85% a.a. em 2016); as operações compromissadas foram realizadas às taxas médias de 6,9% a.a. (13,65% a.a. em 2016) e possuem vencimento em 01 de janeiro de 2018, com lastro superior a 03 anos (superior a 03 anos em 2016). As operações de LCA foram realizadas com taxas de 96% do CDI (96% em 2016) e possuem vencimento final em até 03 anos (até 03 anos em 2016). As operações de LCI foram realizadas com taxas de 96% do CDI (96% em 2016) e possuem vencimento final em até 03 meses (em até 01 ano em 2016). Os depósitos a prazo são remunerados pela taxa média de 101% do CDI (101% do CDI em 2016), diretamente relacionadas ao montante aplicado, com vencimento final em até 03 anos (em até 05 anos em 2016). As obrigações por empréstimos foram realizadas às taxas médias de 2,76% a.a. (1,60% em 2016) e variação cambial com vencimento final em até 01 ano (em até 01 ano em 2016).

Remuneração da Administração

Em assembleia geral anual dos acionistas é estabelecida a remuneração máxima destinada aos Administradores membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria, bem como é definido o teto máximo para a participação dos Administradores no lucro do exercício, quando for o caso, respeitadas as limitações compostas pela Resolução CMN nº 3.921/10.

Durante os exercícios de 2017 e 2016, o Conselho de Administração não aprovou pagamentos de participações dos administradores no lucro, face apuração prejuízo líquido.

i) Benefícios de curto prazo

Remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria do CCB Brasil:

	2017	2016
Remuneração fixa	16.010	15.648
Outros	1.568	1.030
Total	17.578	16.678

Empréstimos e recebíveis

Conforme as normas vigentes, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos a:

i) Quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que controlem a instituição ou qualquer entidade sob controle comum com a instituição, ou qualquer diretor, conselheiro, membro do conselho fiscal ou membros da família imediata de tais pessoas físicas.

ii) Qualquer entidade controlada pela instituição.

Qualquer entidade da qual o Banco detenha, direta ou indiretamente, 10% ou mais do capital social.

Dessa forma, não são efetuados empréstimo ou adiantamento a quaisquer controladas, diretores executivos, membros do Conselho de Administração ou seus familiares.

39. Gestão de Riscos

O gerenciamento de riscos do Banco permite que os riscos inerentes sejam devidamente identificados, mensurados, mitigados e controlados, visando suportar o desenvolvimento sustentado das atividades e o contínuo aperfeiçoamento da gestão de riscos.

O Banco centralizou o gerenciamento dos riscos Socioambientais, Mercado, Crédito, Liquidez, Operacional e Gestão de Capital com o objetivo de potencializar a eficiência de seus controles. Isso resulta em uma visão global das exposições a que o Banco está sujeito pela própria natureza de suas atividades, o que permite aperfeiçoar e tornar mais ágeis as decisões estratégicas, assegurar o cumprimento das políticas estabelecidas para a área e aperfeiçoar a identificação dos riscos que possam afetar essa estratégia de negócios e o cumprimento de objetivos. Atende a Resolução 4.557/17 do CMN. O Relatório de Gestão de Riscos (não auditado) em atendimento a Circular nº 3.678/13 do BACEN que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, encontra-se no site.

A estrutura de Gerenciamento de Capital encontra-se implantada, atendendo à Resolução nº 3.988/11 do CMN. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definição da estrutura organizacional, aplicável a todo o conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro. Existem políticas institucionais e processos definidos com os procedimentos e sistemas necessários à efetiva implantação da estrutura de Gerenciamento de Capital.

Da mesma forma, atendendo à Resolução nº 4.090/12 do CMN, a estrutura de Gerenciamento de Liquidez foi estabelecida e implantada. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definida a estrutura organizacional aplicável a todo o conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro, bem como aprovadas as políticas institucionais para o gerenciamento de liquidez.

A Resolução nº 4.327/14 do CMN também está observada relativamente ao estabelecimento e implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental. O Banco já adaptou a estrutura de gerenciamento de riscos atendendo a Resolução 4.557/17 do CMN, todavia para este exercício atende às Resoluções CMN nºs. 3.380/06, 3.464/07, 3.721/09, 3.988/11 e 4.090/12, que serão por ela substituídas.

A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece os princípios que norteiam a estratégia institucional no controle e gerenciamento dos riscos em todas as operações. Administrativamente, as ações são avaliadas nos diversos comitês que garantem a adequação do gerenciamento, considerando a complexidade dos produtos, a exposição ao risco e a relação risco-retorno que envolvem todas as decisões de negócios do Banco. A gestão de riscos está em linha com as diretrizes definidas pelo Banco Central e abrange todas as empresas controladas.

As políticas de gestão de riscos do CCB Brasil destinam-se a suportar a formulação do apetite ao risco, guiar os colaboradores e constituir procedimentos para monitorar, controlar, dimensionar e reportar os riscos à Diretoria Executiva. O envolvimento da Alta Administração com as questões de gestão de riscos ocorre por deliberações dos seus órgãos de administração, definidos, estatutariamente, como Conselho de Administração, Diretoria Executiva e os Comitês. A estrutura de governança garante uma gestão efetiva dos riscos. O gerenciamento de riscos do Banco é realizado por decisões colegiadas, apoiando-se em Comitês específicos. A Diretoria de Governança Corporativa compõem-se, dentre outros, de departamentos direcionados para a gestão do risco socioambiental, mercado, do risco de crédito, do risco operacional, de liquidez e gestão de capital. Essas áreas suportam os Comitês de Riscos, de Controles Internos, Operacional e Financeiro que analisam e definem estratégias e ações dentro de sua área de atuação.

Os comitês e os órgãos gestores de controles e de riscos dão suporte ao desenvolvimento e buscam a minimização de perdas ao adotar uma visão integrada centralizada. Têm como meta a automação e a formação da base de dados para o gerenciamento e a modelagem de riscos, baseada em dados históricos de perdas e evolução dos controles.

Os controles mitigadores dos riscos possibilitam que os limites possam ser definidos previamente, considerando o perfil e os aspectos estratégicos e operacionais de cada unidade.

Os limites ao risco consideram de forma ampla os valores que o Banco se dispõe a admitir na realização dos seus objetivos, e está refletido na filosofia de gerenciamento de riscos corporativos, que por sua vez influenciam a cultura e o modo de atuação do Banco. Esta tolerância é influenciada por diversos fatores, incluindo a avaliação da consistência do risco com a estratégia corporativa.

Gestão de riscos

A Política de Gerenciamento de Risco do CCB Brasil define um conjunto de controles, processos, ferramentas, sistemas e relatórios padrões, necessários para o adequado controle e gerenciamento dos Riscos.

O Banco deverá submeter a designação do CRO – Chief Risk Officer como responsável pela Estrutura de Riscos perante o Banco Central ao Conselho de Administração.

Gestão do Risco de Mercado

O Departamento de Gerenciamento de Risco de Mercado é responsável pela manutenção e atualização anual da Política e estrutura da área. Atua de forma independente das áreas de negócios e é responsável pelo monitoramento e análise dos riscos de mercado advindos das atividades comerciais e tesouraria do Banco. Também é responsável por garantir que os níveis de exposição ao risco estejam de acordo com os limites adotados pelo Comitê Financeiro, assim como observar e recomendar níveis de capitalização adequados e compatíveis com tais riscos.

O Risco de Mercado pode ser caracterizado por alguns principais tipos de medidas: posições (stale positions), sensibilidades (PV01), testes de estresse, o “Value-at-risk” (incluindo testes de aderência e validações) e EVE- Economic Value of Equity.

Todas as métricas de risco são monitoradas continuamente de forma integrada com o objetivo de propiciar uma visão global do perfil de risco do CCB Brasil. O monitoramento e controle das posições do Banco, não se limita apenas ao cálculo do seu valor de mercado, mas reconhece uma sensibilidade adequada à real exposição aos diversos fatores de risco do Banco. A complementação desta medida com as demais ferramentas de controle de risco torna melhor o monitoramento e análise das exposições.

Gestão do Risco de Crédito

O CCB Brasil possui uma área independente para o gerenciamento de risco de crédito, seguindo as melhores práticas de governança. Esta área atua de forma independente da estrutura de aprovação de crédito, calcula os ratings de clientes baseados em métricas que consideram o comportamento do cliente no mercado, além daquele que advém de suas operações no Banco. Difere, portanto os conceitos utilizados pela área de aprovação de crédito, cuja estrutura está alicerçada em criteriosos procedimentos de análise, desenvolvidos a partir da expertise adquirida ao longo da história do Banco.

O Banco aprimora constantemente as metodologias e ferramentas usadas para avaliar as variáveis sociais e ambientais em seu processo de concessão de crédito para mitigar eventuais riscos associados a capacidade de pagamento e default de investimentos. Por isso, tem previsto políticas e instrumentos que possibilitam a suspensão da operação, antecipação do vencimento de contratos e a aplicação de penalidades limitantes.

Em consonância com as práticas de referência do mercado, o Banco continua aperfeiçoando seus controles e modelos de análise. Em atendimento à Resolução CMN nº 3.721/09 e ao acordo da Basileia, refletido pelas circulares e resoluções recentemente emitidas pelo BACEN, que preveem um alinhamento com as recomendações internacionais no que diz respeito ao nível mínimo de capital.

Exposição máxima ao risco de crédito:

Descrição	2017			2016		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Disponibilidade de reservas no Banco Central do Brasil	24.349	90.353	114.702	11.859	109.187	121.046
Ativos financeiros para negociação	297.439	-	297.439	4.182.604	-	4.182.604
Ativos financeiros disponíveis para venda	7.086.902	-	7.086.902	2.632.750	-	2.632.750
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	1.254.478	1.254.478	-	1.220.217	1.220.217
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	540.296	190.936	731.232	4.011.577	131.156	4.142.733
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3.797.356	2.926.058	6.723.414	5.669.668	2.174.912	7.844.580
Outros ativos financeiros	74.037	-	74.037	92.342	-	92.342
Coobrigações e riscos em garantias prestadas						
Créditos abertos para exportação	13.518	-	13.518	28.986	-	28.986
Fianças	1.430.905	25.509	1.456.414	1.683.632	38.174	1.721.806
Total	13.264.802	4.487.334	17.752.136	18.313.418	3.673.646	21.987.064

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade demonstra o impacto que a mudança de um determinado fator de risco gera sobre a carteira da instituição. As análises de sensibilidade são uma métrica particularmente importante para o gerenciamento do risco de mercado da instituição visto que pequenas mudanças nos fatores de risco podem gerar perdas / ganhos significativos quando consideradas todas as carteiras.

A Instituição conduziu análise de sensibilidade utilizando cenário de 10% de valorizações ou desvalorizações cambiais, taxas de juros e ações (Cenário I) , 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III). É necessária a divulgação de quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado relevante, originado por instrumentos financeiros, que expõem a Instituição na data de encerramento de cada período. Para sua elaboração identificou-se os tipos de risco que poderiam gerar prejuízos materiais, incluídas as operações com instrumentos financeiros derivativos em um cenário mais provável, além de 2 (dois) cenários que pudessem gerar resultados adversos para a Instituição. Na definição dos cenários, a situação considerada provável pela administração foi referenciada por fonte externa independente: B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e uma situação, com deterioração ou valorização de 25% e 50% na variável de risco considerada.

Apresentamos no quadro de análise de sensibilidade o conjunto de operações envolvendo instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, que o CCB Brasil possui com o intuito de administrar sua exposição a riscos de mercado e que visa protegê-lo, especialmente em períodos de quebra dos padrões históricos. Essa avaliação é sistematicamente realizada pela área de gestão de riscos e avaliada pelo Comitê de Tesouraria, que se reúne e define um

conjunto de cenários em ambiente de crise. Entende-se por cenário, neste contexto, uma determinada combinação de preços e taxas de juros. A elaboração do quadro seguiu o seguinte procedimento:

- (i) Calculou-se, em cada um dos cenários, os valores da carteira de negociação (Trading Book) e das operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da instituição e seus respectivos hedges (Banking Book);
- (ii) Para cada um dos fatores de risco, escolheu-se a direção que trouxesse a maior perda e, sobre ele, aplicado aumento ou redução definidos;
- (iii) Por fim, obtiveram-se os resultados das perdas, correspondentes ao cenário hipotético correspondente.

Os cenários a seguir, não necessariamente refletem a gestão de riscos de mercado da Instituição e tampouco estão associados às práticas contábeis. Os modelos de estresse podem representar situações extremas e distantes do cotidiano.

Abaixo o resumo das premissas para cada um dos cenários.

Escolheu-se para cada fator de risco de cada carteira o sentido (acréscimo ou decréscimo) que maximiza a perda. Foram mantidos deslocamentos paralelos das curvas, ou seja, um deslocamento de + 1.000 basis points significa que em toda a curva futura houve um acréscimo de 10% às taxas vigentes.

Para cada cenário, é mensurada a perda esperada da carteira em relação à posição marcada a mercado.

Abaixo, a descrição dos cenários

Cenário 1: Situação de menor oscilação. Premissas utilizadas: choque paralelo de 10,0% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2017, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário 2: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 25,0% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2017, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário 3: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 50,0% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2017, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Os cenários adotados são para Dezembro/2017 adotados apenas para a Carteira banking (uma vez que o CCB Global é signatário da Lei Paul Volcker e não opera em carteira Trading na subsidiária CCB Brasil) encontram-se na tabela a seguir, que também reflete deterioração das expectativas macroeconômicas no sentido que maximiza a perda para cada fator de risco desta carteira. Para isso, as taxas de juros (pré) sobem fortemente (10%; 25%; e, 50%), há um substancial deslocamento paralelo das curvas de cupom cambial, o câmbio sofre acréscimo, a bolsa brasileira cai, e a inflação tem amplitude consideravelmente elevada, o que tem reflexo nos indicadores e contratos indexados.

Carteira Banking – premissas para fatores de risco			
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Curva de Juros (Pré)	deslocamento paralelo de +1.000 basis points	deslocamento paralelo de +2.500 basis points	deslocamento paralelo de +5.000 basis points
Curva de Cupom Cambial	deslocamento paralelo de +1.000 basis points	deslocamento paralelo de +2.500 basis points	deslocamento paralelo de +5.000 basis points
Dólar à Vista	aumento de 10%	aumento de 25%	aumento de 50%
B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão	queda de 10%	queda de 25%	queda de 50%
Inflação	alta de 10%	alta de 25%	alta de 50%

Os resultados das perdas calculadas nos cenários expostos sintetizam as perdas advindas de oscilações de mercado por fator de risco, gerados pelos sistemas do CCB Brasil e calculados para a carteira Banking. Essas perdas estão no quadro a seguir:

Carteira Banking – resultados para os fatores de risco em 31/12/2017			
Fatores de risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Dólar e Cupom de Dólar	(48.871)	(129.863)	(239.272)
Taxa Prefixada em Reais	(46.349)	(112.645)	(216.722)
Ações e Índices	(1.855)	(5.188)	(10.929)
Inflação	(115)	(287)	(569)
Perda Total	(97.190)	(247.983)	(467.492)

Os fatores de riscos apresentados são os seguintes:

- Cupom de US\$ - Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações do dólar norte americano e da taxa de juros em dólares.
- Taxa pré-fixada em real – Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações da taxa de juros denominada em Real.
- Ações e Índices – Compreende as ações e os índices de bolsas, ações e opções atrelados a índices de ações.
- Inflação – Refere-se a todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações de cupons de inflação e índices de inflação.

Para efeito dos cálculos, foram adotadas as premissas de intervalo de confiança de 99%, para o cálculo do VaR e horizonte de tempo de 10 dias para saída da posição.

O Quadro de Análise de Sensibilidade tem limitações e o impacto econômico em uma eventual oscilação de taxa de juros poderá não representar necessariamente um lucro ou prejuízo contábil material para instituição. A combinação específica de preços que determina cada cenário é uma decisão arbitrária, embora possível. Os sinais das correlações históricas entre os ativos não foram necessariamente respeitados, e tampouco os cenários escolhidos foram observados no passado.

A contabilização dos instrumentos da carteira “Banking”, em sua grande maioria, é efetuada pela curva contratada, que diferem dos instrumentos financeiros derivativos da carteira “Trading” que sofrem oscilações no respectivo registro contábil em razão da marcação a mercado.

Os resultados apresentados no quadro referente a carteira banking podem, à primeira vista, dar a impressão de alta sensibilidade à volatilidade. Para uma melhor análise de resultados obtidos nessa carteira, o quadro gerencial abaixo - que inclui derivativos, ativos e outros - aponta os descasamentos das operações da Instituição. Nele se verifica que há um descasamento substancial das posições pré-fixadas, que dariam um impacto negativo nos resultados, caso houvesse aumento das taxas de juros. Todavia, o quadro de sensibilidade apresentado não considera correlações entre os diferentes fatores de risco. Isso significa que a análise desconsidera a correlação entre os fatores pré e CDI, ou seja, as perdas das taxas pré-fixadas não são compensadas pelos ganhos em CDI.

Da mesma forma, no quadro de sensibilidade, as taxas de juros e o câmbio foram considerados não correlacionados. As limitações da análise de cenários envolvem também a marcação a mercado de todas as posições o que contradiz a determinação da Instituição em levar as operações (especialmente as de captação em moeda estrangeira) até o vencimento, o que pode induzir o leitor a erro ao julgar que as perdas apresentadas nos cenários se materializarão, mesmo que se verifiquem as oscilações previstas nos fatores de risco.

Índice de Basileia

O quadro abaixo demonstra a apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados pelo risco (RWA) que passou a ser de 9,25% mais o adicional de capital principal de 0,625% (totalizando 10,50%) de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, comparado com os 11,0% requeridos até 31 de dezembro de 2016:

<u>Cálculo do Índice de Basileia</u>	<u>Basileia III Dez 2017</u>	<u>Basileia III Dez 2016</u>
Patrimônio de Referência Nível I	1.454.212	472.315
- Capital Principal	1.222.652	336.303
- Bônus Perpétuo (*)	231.560	136.012
Patrimônio de Referência Nível II	814.779	905.331
- Dívida Subordinada	814.779	905.331
PATRIMONIO DE REFERENCIA	2.268.991	1.377.646
Risco de Crédito	620.810	830.411
Risco de Mercado	44.635	9.290
Risco Operacional	70.541	62.158
ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO - RWA	735.986	901.859
Índice de Basileia (%)	28,52	15,08
Índice de Capitalização Nível I (**)	18,28	5,17
Índice de Capitalização Nível II	10,24	9,91

Em dezembro/2016:

(*) Parte do Bônus Perpétuo no montante total de R\$ 228.145 (US\$ 70 milhões), emitidos em 29 de dezembro de 2016.

(**) Se considerado no cálculo o aumento de capital integralizado pela Controladora em 28 de dezembro de 2016, o índice seria de 6,89%.

* * *